

DNIT INFORMA CONCLUSÃO DA DRAGAGEM QUE CONTRATOU PARA O PORTO DE SANTOS

A medida foi anunciada pela Autoridade Portuária de Santos (APS)

Da Redação 08.07.20 13h53



[https://www.atribuna.com.br/image/contentid/policy:1.82945:1578504692/Dragagem-Draga-Geopotes-080120.JPG?f=2x1&\\$p\\$f=f0da7f6&q=0.8&w=1500&\\$w=f075b93](https://www.atribuna.com.br/image/contentid/policy:1.82945:1578504692/Dragagem-Draga-Geopotes-080120.JPG?f=2x1&pf=f0da7f6&q=0.8&w=1500&$w=f075b93)

Com esse comunicado, o contrato da dragagem feito pela APS não tem mais obstáculos (Carlos Nogueira)

O Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), do Ministério da Infraestrutura, confirmou nesta terça-feira (7) a conclusão da dragagem que contratou para o Porto de Santos. A medida foi anunciada pela Autoridade Portuária de Santos (APS).

Até o mês passado, a dragagem era realizada pela Van Oord Operações Marítimas, contratada pelo Dnit. E havia a necessidade de que o órgão comunicasse formalmente o fim dos trabalhos para a Autoridade Portuária, com um termo de recebimento do serviço.

Com esse comunicado, o contrato da dragagem feito pela APS – com a DTA Engenharia – não tem mais obstáculos. A empresa, agora, é a responsável pelo serviço de toda a extensão da via marítima, do acesso até os berços.

De acordo com a Autoridade Portuária, atualmente é realizada a batimetria (teste para medição da profundidade) do canal. A APS pretende acionar a empresa se perceber a necessidade. A partir da emissão da ordem de serviço, a DTA pode deslocar suas dragas até o Porto de Santos. O prazo previsto em contrato para que isto aconteça é de 20 dias.

A empresa já iniciou uma frente de trabalho no Porto. Os pontos de atracação foram a primeira etapa do contrato

Fonte : A Tribuna Digital - SP

Data : 08/07/2020

PETROBRAS FIRMA CONTRATO PARA SISTEMA QUE ATENDERÁ PROJETO DO PRÉ-SAL NA BACIA DE SANTOS

Contrato da estatal com a empresa Saipem será de R\$ 325 milhões. Tubulação, que será instalada em Búzios (RJ), leva o petróleo ou o gás natural do poço até a plataforma

Da Redação 07.07.20 19h41



[https://www.atribuna.com.br/image/contentid/policy:1.70922:1570787298/Plataforma-Petrobras.jpg?f=2x1&\\$p\\$f=4909b95&q=0.8&w=1500&\\$w=f075b93](https://www.atribuna.com.br/image/contentid/policy:1.70922:1570787298/Plataforma-Petrobras.jpg?f=2x1&pf=4909b95&q=0.8&w=1500&$w=f075b93)

Petrobras não respondeu aos questionamentos da Reportagem sobre a parceria (Geraldo Falcão/ Agência Petrobras/Divulgação)

A Saipem e a Petrobras firmaram contrato para a instalação de um sistema submarino rígido baseado em riser para

atender ao projeto do pré-sal de Búzios (RJ), na Bacia de Santos. Serão investidos R\$ 325 milhões nos trabalhos, que que serão feitos em uma profundidade que varia entre 1.537 e 2.190 metros.

Riser é uma tubulação que leva o petróleo ou o gás natural do poço até a plataforma. De acordo com a Saipem, o sistema prevê a interconexão de 15 poços à estrutura em duas fases.

O escopo do trabalho inclui cinco risers de produção e cinco injetores e linhas de fluxo com um comprimento total de 59 quilômetros, além de uma linha de exportação de gás de 16 quilômetros a ser conectada a um gasoduto existente e 21 estruturas submarinas de fundação.

“Búzios é um dos maiores campos de petróleo em águas profundas do mundo e é muito importante para a Saipem contribuir com um projeto tão significativo para o Brasil, um país no qual temos uma presença e histórico de projetos executados com sucesso há muito tempo.” comentou Francesco Racheli, diretor de operações da divisão de E&C Offshore da Saipem.

Listada na Bolsa de Milão, a Saipem está presente em mais de 70 países e tem 35 mil funcionários de 120 nacionalidades.

“Essa nova aquisição combina com eficiência recursos internos e ativos apropriados para realizar esse ambicioso empreendimento e reforça nossa reputação como fornecedora global de soluções valiosas em um país que oferece grandes oportunidades. Esperamos trabalhar em conjunto com a Petrobras para desenvolver ainda mais os recursos do Brasil e garantir a realização segura e oportuna de toda a produção total do campo”, afirmou Racheli.

Procurada, a Petrobras não respondeu aos questionamentos da Reportagem sobre a parceria.

Fonte : A Tribuna Digital - SP

Data : 08/07/2020

GOVERNO VAI DEBATER PLANOS PARA IMPULSIONAR A CABOTAGEM COM CONGRESSO

A estratégia foi revelada pelo ministro da Infraestrutura, Tarcísio Gomes de Freitas, durante entrevista coletiva na última semana

Por Fernanda Balbino Da Redação 07.07.20 16h13



[https://www.atribuna.com.br/image/contentid/policy:1.100842:1589405754/Porto-de-Santos.jpg?f=2x1&\\$p\\$f=fafdaed&q=0.8&w=1500&\\$w=f075b93](https://www.atribuna.com.br/image/contentid/policy:1.100842:1589405754/Porto-de-Santos.jpg?f=2x1&pf=fafdaed&q=0.8&w=1500&$w=f075b93)

Proposta do Governo foi debatida com Ministério da Economia (Carlos Nogueira/AT)

Os planos do Ministério da Infraestrutura para impulsionar a cabotagem brasileira – o transporte marítimo de cargas ao longo da costa – passarão por uma discussão no

Congresso Nacional. O projeto elaborado pela pasta será debatido junto com a proposta apresentada pela senadora Katia Abreu (PDT-TO) para a atividade.

A estratégia foi revelada pelo ministro da Infraestrutura, Tarcísio Gomes de Freitas, durante entrevista coletiva na semana passada, ao fazer um balanço dos projetos da pasta no último semestre. Segundo ele, o plano para a cabotagem foi traçado em parceria com o Ministério da Economia.

“A ideia nossa é incentivar a cabotagem. Isso já começamos a fazer no ano passado, quando se zerou o imposto de importação para embarcações de cabotagem. Havia uma série de discussões sobre quais os limites da liberação dos afretamentos a casco nu, porque tínhamos que verificar qual a nossa vulnerabilidade a determinadas oscilações do mercado”, afirmou.

Segundo Freitas, esse cuidado é necessário porque, eventualmente, o mercado de navegação fica mais atrativo em um determinado continente. Isso pode causar o êxodo de embarcações, diminuindo a oferta nacional.

De acordo com o ministro, as propostas da senadora Katia Abreu preveem uma abertura maior do que está sendo defendida pelo Governo. Com isso, são grandes as chances de um “debate interessante sobre o tema”.

O projeto de lei da parlamentar prevê alterações no marco regulatório da navegação, a Lei 9.432 de 1997, e na lei de criação da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq).

“A gente vai aproveitar esse potencial de costa para crescer e essa reavaliação da política é necessária, bem-vinda e vai gerar investimentos no setor”, afirmou o ministro.

Novos terminais

Na coletiva, Tarcísio Gomes de Freitas também comentou sobre os planos da pasta para a licitação de terminais no Porto de Santos. Mesmo com a crise mundial causada pela pandemia da covid-19, as expectativas são positivas para o arrendamento das duas novas instalações de celulose, o STS14 e o STS14A, que ficam no Macuco e na Ponta da Praia, em áreas anteriormente ocupadas pelo Grupo Libra. Juntas, elas receberão investimentos privados de R\$ 420 milhões. Os leilões estão marcados para o dia 28 do próximo mês.

“No caso dos terminais de celulose, nós vamos atender cadeias verticalizadas. São empresas que já têm plantas de celulose, que precisam dos terminais para operar os seus negócios. Quando a gente lança o edital, a gente fez uma avaliação do mercado, a gente sente o interesse em conversa com os players”, disse o ministro.

O governo também segue otimista com o arrendamento de dois terminais de líquidos na Alemoa, na área atualmente operada pela Transpetro. Neste caso, o STS08 e o STS08A devem receber investimentos privados de mais de R\$ 1,2 bilhão. “Nos terminais de líquidos, a gente prevê bastante concorrência. É uma área muito nobre do Porto de Santos. Na estruturação dos contratos, há um cuidado para garantir concorrência. Não se permite que nenhum operador tenha mais de 40% do mercado naquele porto. Nos leilões do STS08 e STS08A, todos podem participar, mas só podem ganhar um dos dois terminais”, explicou Freitas.

Fonte : A Tribuna Digital - SP

Data : 08/07/2020



Agência Nacional de Transportes Aquaviários

ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS

ANTAQ REALIZARÁ AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE ARRENDAMENTO DE ÁREA NO PORTO DE PELOTAS (RS)

Área será destinada a movimentar carga geral, especialmente toras de madeira



<http://portal.antaq.gov.br/wp-content/uploads/2020/07/Porto-de-Pelotas-2-1024x575.jpg>

Movimentação de toras de madeira no Porto de Pelotas.
Foto: Felipe Freitas/divulgação

A ANTAQ realizará consulta e audiência públicas, no período entre 13 de julho e 26 de agosto de 2020, para obter contribuições para o aprimoramento dos documentos técnicos e jurídicos relativos à realização de certame licitatório referente ao arrendamento de área portuária destinada à movimentação e

armazenagem de carga geral, especialmente toras de madeira, localizada no Porto de Pelotas (RS), denominada PEL01.

As minutas jurídicas e os documentos técnicos relativos a essa audiência pública estarão disponíveis no seguinte endereço eletrônico: portal.antaq.gov.br/index.php/aceso-a-informacao/audiencia-publica-2/.

Serão considerados pela Agência apenas as contribuições, subsídios e sugestões que tenham por objeto as minutas colocadas em consulta e audiência públicas. As contribuições poderão ser dirigidas à ANTAQ até às 23h59 do dia 26/08/2020, exclusivamente por meio e na forma do formulário eletrônico disponível no site <http://portal.antaq.gov.br>, não sendo aceitas contribuições enviadas por meio diverso.

Será permitido, exclusivamente através do e-mail: anexo_audiencia122020@antaq.gov.br, mediante identificação do contribuinte e no prazo estipulado neste aviso, anexar imagens digitais, tais como mapas, plantas e fotos, sendo que as contribuições em texto deverão ser preenchidas nos campos apropriados do formulário eletrônico.

Caso o interessado não disponha dos recursos necessários para o envio da contribuição por meio do formulário eletrônico, poderá fazê-lo utilizando o computador da Secretaria-Geral (SGE), desta Agência, no caso de Brasília, ou nas suas unidades regionais, cujos endereços se encontram disponíveis no site da ANTAQ.

As contribuições recebidas serão disponibilizadas aos interessados no site da Agência: <http://portal.antaq.gov.br>.

Com o objetivo de fomentar a discussão e esclarecer eventuais dúvidas sobre esse ato normativo, será realizada audiência pública presencial em data, horário e local a serem definidos e comunicados oportunamente.

Conforme informações da Comissão Permanente de Licitação de Arrendamentos Portuários da ANTAQ (CPLA), a receita bruta global do contrato, que terá prazo de 15 anos, será de R\$ 163 milhões. O arrendatário investirá R\$ 16 milhões. A movimentação total, ao longo do tempo do contrato, alcançará cerca de dez milhões de toneladas. A área a ser arrendada é de 23.510

Fonte : ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários

Assessoria de Comunicação Social/ANTAQ

Fone: (61) 2029-6520

FAX: (61) 2029-6517

E-mail: asc@antaq.gov.br

Data : 08/07/2020

ANTAQ REALIZARÁ AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE ARRENDAMENTO DE ÁREA NO COMPLEXO PORTUÁRIO DE AREIA BRANCA (RN)

Contribuições poderão ser enviadas a partir do dia 13 de julho

A ANTAQ realizará consulta e audiência públicas, no período de 13 de julho a 26 de agosto de 2020, visando o recebimento de contribuições para o aprimoramento dos documentos técnicos e jurídicos relativos à realização de certame licitatório referente ao arrendamento de terminal portuário destinado à movimentação e armazenagem de granéis sólidos minerais, especialmente sal marinho, no Complexo Portuário de Areia Branca, localizado no Rio Grande do Norte, denominado TERSAB.

As minutas jurídicas e os documentos técnicos sobre essa audiência pública estarão disponíveis no seguinte endereço eletrônico: portal.antaq.gov.br/index.php/aceso-a-informacao/audiencia-publica-2/.

Serão considerados pela Agência apenas as contribuições, subsídios e sugestões que tenham por objeto as minutas colocadas em consulta e audiência públicas.

As contribuições poderão ser dirigidas à ANTAQ até às 23h59 do dia 26/08/2020, exclusivamente por meio e na forma do formulário eletrônico disponível no site <http://portal.antaq.gov.br>, não sendo aceitas contribuições enviadas por meio diverso.

Será permitido, exclusivamente através do e-mail: anexo_audiencia112020@antaq.gov.br, mediante identificação do contribuinte e no prazo estipulado, anexar imagens digitais, tais como mapas, plantas e fotos, sendo que as contribuições em texto deverão ser preenchidas nos campos apropriados do formulário eletrônico.

Caso o interessado não disponha dos recursos necessários para o envio da contribuição por meio do formulário eletrônico, poderá fazê-lo utilizando o computador da Secretaria-Geral – SGE, da Agência, no caso de Brasília, ou nas suas unidades regionais, cujos endereços se encontram disponíveis no site da ANTAQ.

As contribuições recebidas serão disponibilizadas aos interessados no site da Agência: <http://portal.antaq.gov.br>.

Audiência Presencial

Com o objetivo de fomentar a discussão e esclarecer eventuais dúvidas sobre esse ato normativo, será realizada audiência pública presencial em data, horário e local a serem definidos e devidamente comunicados oportunamente.

*Fonte : ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários
Assessoria de Comunicação Social/ANTAQ
Fone: (61) 2029-6520
FAX: (61) 2029-6517
E-mail: asc@antaq.gov.br
Data : 08/07/2020*

ANTAQ PUBLICA PORTARIA SOBRE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS

A ANTAQ publicou, nesta quarta-feira (8), Portaria nº 187/2020-DG/ANTAQ (SEI nº 1080277), no Diário Oficial da União, que dispõe sobre medidas temporárias de prevenção ao contágio pelo coronavírus (COVID-19) na ANTAQ.

Segundo o texto normativo, fica restabelecida a fluência normal dos prazos processuais dos processos administrativos junto à Agência, retomando-se o fluxo normal dos prazos a partir da publicação desta Portaria, com exceção daqueles prazos que se enquadrem nos termos abarcados pelos arts. 6º-C e 6º-D, da Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020. Nas situações em que os efeitos de força maior decorrentes da pandemia permaneçam, comprovadamente, causando prejuízos ou dificuldades ao cumprimento dos prazos, a ANTAQ poderá estender a suspensão dos prazos correspondentes.

O peticionamento eletrônico do Sistema Eletrônico de Informações – SEI da ANTAQ, de que trata a Resolução Normativa nº 37-ANTAQ (SEI nº 0866365), que regulamenta o credenciamento de usuário externo, o peticionamento e intimação eletrônicos, em vigor desde 24 de setembro de 2019, será aplicado a todos os tipos de processos correntes da Agência, tendo como objetivo abarcar aqueles ainda não disponibilizados para peticionar no ambiente de Usuário Externo do SEI-ANTAQ e proporcionar que as comunicações entre a ANTAQ, Poder Público, regulados e sociedade ocorram de forma digital, diminuindo a exposição ao agente infeccioso. Nesse sentido, o peticionamento, inclusive para credenciamento de usuário externo, deverá ocorrer, preferencialmente, por meio eletrônico.

Para peticionar eletronicamente, a pessoa física deverá estar credenciada como Usuário Externo do SEI-ANTAQ. Para aqueles ainda não credenciados como Usuário Externo do SEI-ANTAQ, o credenciamento de usuário externo obedecerá o disposto na Resolução Normativa nº 37-ANTAQ, mediante preenchimento do formulário eletrônico denominado “Cadastro de Usuário Externo”, disponibilizado no site da ANTAQ, do Termo de Declaração de Concordância e Veracidade,

também disponibilizado no site, e de cópia de documento de identificação oficial, com foto, contendo o número do Cadastro de Pessoa Física (CPF), habilitando o usuário a:

- peticionar eletronicamente;
- acompanhar os processos em que peticionar;
- ser intimado quanto a atos processuais ou para apresentação de informações ou documentos complementares; e
- assinar eletronicamente contratos, convênios, termos, acordos e outros instrumentos congêneres com a ANTAQ.

A documentação para fins de credenciamento deverá ser encaminhada:

1. a) Preferencialmente de forma eletrônica, por documento PDF do Termo assinado com Certificado Digital ICP-Brasil utilizando o Assinador Digital do SERPRO, disponível no sítio eletrônico do SERPRO na internet, e, em seguida, pelo envio do PDF assinado digitalmente para o endereço de e-mail cgd@antaq.gov.br, sendo dispensado, nesse caso, apresentação ou envio de documento de identificação;
2. b) Por terceiros, na sede da ANTAQ ou em uma de suas Unidades Regionais, ou através de correspondência endereçada ao Protocolo Sede da ANTAQ (SEPN, Quadra 514, Bloco E, Asa Norte- Brasília/DF, CEP 70760-545), mediante Termo de Concordância e Veracidade com firma reconhecida e cópia autenticada em cartório de documento de identificação;
3. c) Pessoalmente, na sede da ANTAQ ou em uma de suas Unidades Regionais, conjuntamente com os documentos citados no caput, dispensado reconhecimento de firma e autenticação de cópia, mediante assinatura presencial do Termo e apresentação do documento de identificação original.

A ANTAQ poderá requisitar, a qualquer tempo, a apresentação dos documentos originais, fixando prazo para cumprimento.

Observa-se que o disposto na Portaria abrange processo novo ou já existente. Em se tratando de processo novo, caso o tipo de processo relativo ao pleito não esteja especificado em listagem, deve ser selecionado o tipo "Gestão da Informação: Peticionamento Novo a Classificar".

O encaminhamento de ofícios e demais comunicações provenientes de órgãos e entes do Poder Público de qualquer esfera da federação deverão ser encaminhados à ANTAQ, preferencialmente, por meio do e-mail protocolo@antaq.gov.br. O documento será recebido e inserido no sistema SEI para regular trâmite.

Por fim, estão disponíveis nos serviços do SEI no portal eletrônico da ANTAQ, por meio do link <http://portal.antaq.gov.br/index.php/sei-sistema-eletronico-de-informacoes/>, Manual de Acesso para Usuários Externos e Vídeos Explicativos sobre Peticionamento/Intimação Eletrônicos."

*Fonte : ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários
Assessoria de Comunicação Social/ANTAQ
Fone: (61) 2029-6520
FAX: (61) 2029-6517
E-mail: asc@antaq.gov.br
Data : 08/07/2020*

Portogente

Fazendo o mundo mais ágil.

PORTAL PORTO GENTE

PORTOS DO PACÍFICO OLHAM O BRASIL COMO UM POTENCIAL PARCEIRO

Por Vera Gasparetto - Categoria: Comércio

Nessa parte da entrevista, o professor e pesquisador Carlos Andrés Hernández fala sobre a importância da microeconomia e as comunidades locais para o desenvolvimento do País e da América Latina, salientando o Corredor Bioceânico, engavetado pelos governantes do Brasil desde 2012.



https://www.portogente.com.br/images/Valpara%C3%ADso_Chile.jpg

Porto Valparaíso, no Chile. Crédito: Arquivo pessoal.

conhecimento para a comunidade portuária, operadores, gestores/as públicas, acadêmicos/as e munícipes.

Sobre o momento desafiador em relação à saúde do planeta Terra, o risco em que vive a humanidade diante da pandemia, que desafios sanitários você vê para o setor portuário e dos fazedores de políticas públicas? Qual é o papel da universidade nesse processo?

Está evidenciado que precisamos, de maneira efetiva, de controle e ações de combate epidemiológico. Em que sentido? Existe uma preocupação no Brasil de como a Covid está impactando alguns territórios. E a discussão está sendo número de mortos, a carência da rede pública hospitalar, a falta de política pública local. Mas no Brasil temos uma vantagem em relação à América Latina: não temos terremotos, tsunamis, nem terremotos silenciosos como ocorre no Equador e Bolívia, ou tufões. Isso é um impacto geográfico.

O porto se vê na necessidade de reinventar a situação sanitária dele. Por exemplo, em março último, tinha o programa de limpeza e controle que acontecia no Porto de Valparaíso [no Chile], com os números menores da Covid; enquanto que nos portos brasileiros não tinham nenhuma medida, visto o que aconteceu em Santos e na região Nordeste, com o não recebimento de um transatlântico. Nossas áreas de quarentena de uma embarcação precisam estar mapeadas e dar suporte efetivo às embarcações.

A segunda coisa é o modelo de embarcação, e não apenas o modelo turístico, precisa ser reinventado, precisa pensar áreas de quarentena, áreas de isolamento dentro de uma embarcação para o caso de uma outra pandemia. Repensar o desenho de como ocupar uma embarcação turística. Por outro lado, uma embarcação de contêineres, pequena, com capacidade para cinco mil, se nas suas origens não tiver um controle efetivo de rastreamento, como acontece nos grandes portos internacionais, se não tiver manutenção, limpeza, sanitariedade, não será possível conter uma pandemia dentro de um porto. Significa que é preciso ter um outro tipo de agente presente no porto, não prevenindo, mas para prevenir a prevenção. Sistemas de manutenção e fiscalização, de olhar para o ambiente e saber onde está propício para um contaminante. Se tiver isso como base, consigo prever uma política nacional efetiva para isso, como as áreas de fundeio, frente-mar, que são as áreas de paragem das grandes embarcações, naquele momento é importante a devida a fiscalização, que precisa ser mais efetiva do que simplesmente a paragem.

Hoje em dia a embarcação atraca simplesmente, não tem uma área ou uma zona de quarentena. Exemplo de que nós não aprendemos é que em 1918 a gripe espanhola chegou ao Brasil pelos portos, e não aprendemos a lição naquele momento de que precisamos de zonas de quarentena, que não é simplesmente eu ter uma zona portuária e deixar isolado. É preciso equipamentos, processo médico, agentes de saúde atuando, preparados para isso. Há uma oportunidade de reinventar o que são essas áreas de ocupação do porto é uma das maneiras futuras de pensar como serão 10-15 mais, essas novas zonas. Analisemos uma embarcação de turismo – 5 mil pessoas – chegando numa zona portuária como Santos. Em duas horas saem mais 5 mil pessoas. Um contaminante naquela região, sem o controle devido, em questões de horas causará várias situações nos territórios contaminados. O que espero para o futuro desses portos é que nessas mesas de diálogos, necessárias entre agentes públicos, portos e cidades, sejam mais atuantes e que sejam orientadas e fomentadas por núcleos de pesquisas. Em determinado momento a sociedade civil tinha a academia para dar suporte, mas essa se perdeu em produzir números, ao invés de efetivamente soluções para o cidadão, e acho que aí está nossa responsabilidade social.

Na sua perspectiva, quais são os desenhos para o futuro, e outras possibilidades para o Brasil, o teu trabalho na Costa do Pacífico. Qual a potencialidade para o Brasil de utilização dos portos da costa oeste latino-americana? O projeto do Corredor Bioceânico atenderia essa demanda?

O projeto do Corredor Bioceânico tem um tratado assinado desde 2007 entre Brasil, Chile e Peru, depois ele é reformulado para o Mercosul (Peru, Bolívia, um trecho da Argentina e Brasil). Por conta nas mudanças na política brasileira em 2012-14 é novamente reformulado, e o Brasil tira um pouco o pé disso, entrando assim o Porto de Baía Blanca, ao sul da Argentina, que é um porto efetivo de produção, que se coloca em atravessar o pampa argentino e se conectar com o Porto de Iquique, ao norte do Chile, que é uma das três zonas francas.

O que vejo nesse processo é que todo investimento deve ocorrer em duas frentes: a conscientização da sociedade local (seja ela onde for) de que a ferrovia é uma possibilidade de geração de emprego, pois tudo passa pela geração de emprego. Também é preciso superar as controvérsias sobre os setores aonde ela venha a passar: há entraves em todas, seja a zona agrícola, o oeste paulista, o sul pelas regiões históricas. O que falta é um acordo social do quanto a ferrovia é importantíssima para o desenvolvimento nacional. Os nossos números em ferrovias são pequenos e muitas das nossas falências mercantis passam pela carência de ferrovias. Nos números na América do Norte, na Ásia, na Europa, revelam uma estrutura ferroviária interconectada entre países que tem uma dinâmica de transição de pessoas muito importante.

Interconectar esses dois pontos [Brasil-Pacífico] é uma possibilidade ímpar de uma troca de conhecimentos no sentido não só de grandes projetos urbanos. Mas apesar de uma ferrovia cortar o país, irá gerar entrepostos para criar pequenas zonas de desenvolvimento nacional com características próprias, com valores e produtos próprios e isso é de grande interesse. Mas ele só funciona se eu tiver pessoas qualificadas e preparadas num horizonte de 15, 20, 30 anos para que esse setor e essa estrutura nova possa funcionar muito bem. Que possa integrar não só os mercados com grande poder, mas com todas as escalas sociais possíveis de usufruírem desse processo.

O segundo ponto tem a vez com permitirmos - apesar de que o Brasil não anda tratando bem os chineses - mas quando a China em 2012 se coloca para promover e pagar toda a ferrovia, isso é importante, pois os chineses deixam de legado a infraestrutura por onde eles passam. E o aprendizado que temos e humildemente perceber que precisamos avançar tecnologicamente ouvindo e aprendendo com outras nações. Isso nos traz tecnologia, que para ser aplicada precisa de profissionais com altas qualificações para atender essa demanda.

E os portos do Pacífico, sem dúvida, olham para o Brasil como um potencial parceiro, mas o grande problema é que a rede comercial do Pacífico está estabelecida desde os anos 1990 com os "Tigres Asiáticos", com o Nafta [Acordo de Livre Comércio da América do Norte], o livre comércio americano. O Chile não pertence ao Mercosul por causa do tipo de política. Então primeiro precisamos sanar as relações de vizinhança política para pensar nas interconexões de fato, que precisam ocorrer. Essas são as oportunidades de criar novos horizontes de desenvolvimento nacional, mas com o pequeno. Volto a insistir: é a soma dos pequenos, com estruturas fundiárias novas que irão gerar inovação, emprego, tecnologia e novas cadeias produtivas.

*Fonte : Portal Porto Gente
Data : 08/07/2020*

SOFTWARE GRATUITO DO SESI AJUDA INDÚSTRIA A MONITORAR SAÚDE DOS TRABALHADORES

Assessoria de Comunicação

Coronadados auxilia o setor no atendimento aos protocolos de segurança no enfrentamento do coronavírus; entidade realiza encontros virtuais para apresentar a aplicação web às empresas que podem usar a plataforma gratuitamente

Indústrias de todo o estado estão aderindo ao uso do Coronadados, aplicação web desenvolvida pelo Sesi que auxilia no monitoramento da saúde dos trabalhadores. A ferramenta integra o

Protocolo Corona que tem o objetivo de blindar o setor contra o coronavírus. A entidade tem realizado encontros virtuais para apresentar a plataforma e os demais serviços oferecidos por meio do Protocolo Corona. Nesta quarta-feira (8/7), empresas das regiões Oeste e Extremo-Oeste participam de um bate-papo sobre o assunto a partir das 9h30, com transmissão pelo canal do Sesi no YouTube.

O Protocolo Corona ajuda a indústria a traçar um plano de ação para reduzir a propagação da doença, com medidas como a adoção de equipamentos e sistemas adequados de proteção dos indivíduos, dos ambientes e da coletividade em geral, além da realização de testes e o monitoramento da saúde por meio de um software.

A solução congrega um conjunto de serviços que visam reforçar o papel das indústrias no enfrentamento do coronavírus. "O Protocolo Corona é uma iniciativa que mobiliza as estruturas do Sesi, do Senai e do IEL para ampliar ainda mais o protagonismo da indústria no combate à disseminação do vírus", frisa o presidente da Fiesc, Mario Cezar de Aguiar.

Coronadados

O software é abastecido por dados informados pelos próprios trabalhadores, que respondem diariamente se apresentam ou não sintomas por meio de mensagens enviadas via Telegram. Os líderes das equipes podem checar no sistema se os colaboradores já responderam à pesquisa e, assim, ampliar o engajamento com a ferramenta. Com base nestas informações, as equipes de saúde e segurança do trabalho das indústrias podem agir, promovendo o isolamento preventivo, testes e ações de higienização do ambiente. O sistema permite acompanhar o tempo de recuperação dos infectados e contribui para o chamado "achatamento" da curva de contaminação.

"A estrutura sistêmica do Protocolo Corona define um conjunto de ações que as indústrias de cada setor podem realizar, como tratar as pessoas infectadas e manter a produtividade e a qualidade", explica o diretor de educação e tecnologia da Fiesc, Fabrizio Machado Pereira. "Também inclui a adoção de equipamentos e sistemas adequados de proteção dos indivíduos, dos ambientes e da coletividade em geral, e a realização de testes em massa, devidamente planejados conforme a necessidade e situação", completa. O Sesi também orienta as indústrias sobre o melhor tipo de teste para o público e ajudará o setor produtivo a aplicar o melhor protocolo de saúde nos casos identificados.

O protocolo conta ainda com a adoção de ferramentas, sistemas e soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação para promover o monitoramento, rastreamento, análise e ação para isolar os infectados, preservar os não-infectados e manter o controle da pandemia.

Fonte : Portal Porto Gente

Data : 08/07/2020

ISTOÉ **Dinheiro**

ISTOÉ - DINHEIRO

FÁBIO ABRAHÃO DIZ QUE MARCO DO SANEAMENTO FACILITA FORMAÇÃO DE BLOCOS DE CIDADES

A facilitação da criação de blocos de municípios para fazerem concessões de serviços de água e esgoto em área superior a apenas uma cidade está entre os principais pontos positivos do novo marco regulatório do saneamento, aprovado no fim do mês passado pelo Congresso Nacional, e que agora aguarda sanção do presidente Jair Bolsonaro. A avaliação foi feita nesta quarta-feira, 8, pelo diretor de Infraestrutura, Concessões e PPPs do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Fábio Abrahão.

Na concessão dos serviços na área atendida pela Cedae, a companhia estadual de saneamento do Rio, modelada pelo BNDES, 38 dos 64 municípios envolvidos já aderiram ao projeto capitaneado pelo governo estadual, como mostrou esta semana o Estadão/Broadcast (sistema de notícias em tempo real do Grupo Estado) – contra a vontade da capital fluminense. O projeto vem

sendo trabalhado pelo BNDES desde 2017, conforme as regras anteriores ao novo marco legal, e prevê R\$ 33,5 bilhões em investimentos.

Nas contas de Abrahão, pelas regras atuais, a formação de blocos de municípios pode levar de dois anos e meio a três anos. Com o novo marco legal, é possível fazer processos do tipo em cerca de um ano, já que a adesão dos municípios poderá ser feita por decisão exclusiva dos prefeitos.

“(O marco legal) Colocou velocidade porque passa a ser uma decisão do executivo local, junto com os demais prefeitos, formando bloco”, afirmou Abrahão, em transmissão ao vivo promovida pelo jornal “Valor Econômico”.

O diretor do BNDES citou ainda como benefícios do novo marco legal o estabelecimento de regras gerais de regulação para todo o País, pela Agência Nacional de Águas (ANA), e o estímulo para que as prefeituras tenham opções para a prestação de serviços de água e esgoto, para além das tradicionais companhias estaduais.

Ao comentar o caso específico do projeto de concessão no Rio, Abrahão reconheceu a oposição da prefeitura da capital fluminense, que entrou com uma ação judicial contra o processo, mas demonstrou confiança numa solução. Segundo o diretor do BNDES, a adesão dos 22 municípios da região metropolitana, a partir de decisão da Câmara Metropolitana, tomada em votação em fevereiro, garantirá a participação da capital, essencial para manter o projeto de concessão de pé.

“Se começarmos a olhar cada um a sua parte, o Rio não produz a água que consome, ela vem de fora”, afirmou Abrahão, referindo-se ao fato de que a captação da água usada na capital é feita em rios que passam por outras cidades.

Do ponto de vista do interesse dos investidores, Abrahão disse que “estamos vendo uma resposta muito boa do mercado em relação à Cedae”, embora o projeto de concessão não inclua a privatização da companhia estadual, que seguirá estatal, dedicada à captação e ao tratamento de água. Segundo o executivo, esse interesse vem não só de grupos privados que já operam no Brasil, mas também de operadores estrangeiros.

Tratando das concessões de saneamento como um todo, Abrahão disse que o setor já tem um “nível bastante interessante de segurança jurídica”, conforme o desenho dos projetos.

O diretor afirmou ainda que a ineficiência é uma marca dos serviços de água e esgoto, prestados na maior parte do País por estatais estaduais. Por isso, as concessões ao setor privado são uma oportunidade de investimento, com a possibilidade de os operadores aumentarem eficiência.

*Fonte : IstoÉ- Dinheiro
Data : 08/07/2020*

COM HOME OFFICE, BB VAI DEVOLVER 19 DE 35 EDIFÍCIOS DE ESCRITÓRIOS NO PAÍS

O coronavírus forçou mudanças mesmo nas empresas mais tradicionais do País. O Banco do Brasil resistiu por anos ao home office. No início de 2020, antes do início da pandemia de covid-19, a instituição financeira tinha um total de 257 pessoas de seus 93 mil trabalhadores trabalhando de casa (menos de 0,3%). Desde março, tudo mudou: o banco colocou 32 mil trabalhadores para trabalhar de casa. Agora, essa experiência em larga escala vai se traduzir em uma economia de R\$ 1,7 bilhão em 12 anos, com a devolução de 19 de um total de 35 edifícios de escritórios que o BB hoje ocupa em sete Estados e no Distrito Federal.

De acordo com o vice-presidente corporativo do BB, Mauro Ribeiro Neto, o programa internamente apelidado de Flexy, que previa a modernização dos escritórios da instituição, estava sendo estruturado desde 2019, mas ganhou novo significado e mais velocidade durante a pandemia. O executivo diz que o banco, a exemplo de milhares de outras empresas, foi obrigado a testar o modelo remoto. A avaliação foi de que os resultados foram positivos e deixaram a proposta de transformação de espaços corporativos ainda mais ousada.

A redução de espaço será profunda e vai afetar as grandes áreas corporativas do BB – o Flexy, por ora, não está sendo aplicado a agências ou a pequenos escritórios espalhados pelo País. Do total de 5 milhões de metros quadrados de área locada do banco, 750 mil metros incluem escritórios de maior porte em Estados como São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia, Ceará, Minas Gerais, Paraná e Pernambuco, além do Distrito Federal. Com a aposta de longo prazo no home office, 38% desses espaços, ou 290 mil metros quadrados, serão devolvidos, segundo o executivo.

Restarão 16 grandes edifícios corporativos nessas localidades. “Vamos nos concentrar nas lajes de maior porte, que permitem uma aplicação maior do escritório de conceito aberto”, explica Ribeiro Neto. No redesenho dos espaços corporativos, o BB vai ficar mais parecido com os modelos associados a empresas de tecnologia: saem as estações de trabalho individuais e entram os espaços compartilhados; as salas de reunião ficam mais flexíveis, priorizando grupos menores; e o escritório ganha armários para que os funcionários guardem pertences pessoais, que devem ser levados para casa ao fim de cada expediente.

Por trás da mudança de perfil dos escritórios, que vai custar um total de R\$ 500 milhões, deverá ser iniciada este ano e concluída em 2022, está também uma meta de economia: entre cortes de custos com aluguéis e manutenção, o BB prevê uma redução de gastos anual na casa de R\$ 185 milhões. Em 12 anos, já descontados os valores gastos com a reforma, a economia não será nada desprezível: R\$ 1,7 bilhão.

Muitas empresas estão buscando espaços mais flexíveis para o período pós-pandemia, uma vez que ficou claro que o home office é uma possibilidade a ser considerada. No BB, cerca de 30% dos trabalhadores – ou mais de 30 mil pessoas – vão continuar a atuar parcialmente de casa mesmo depois que a pandemia estiver controlada. “A medição de produtividade por permanência no escritório é coisa do passado. Precisamos deixar isso para trás”, diz o vice-presidente do banco.

Tendência

Segundo Fábio Maceira, presidente da JLL, companhia que administra espaços corporativos, as grandes empresas vão inevitavelmente repensar a função de seus escritórios no pós-pandemia. Tanto é assim que algumas companhias proprietárias de imóveis corporativos já começam a flexibilizar os contratos de aluguel para permitir permanências mais curtas. Muitos clientes, de acordo com o especialista, deverão optar por contratos mais flexíveis por algum tempo para medir com exatidão se precisam mesmo de todo o espaço que atualmente ocupam.

Fonte : IstoÉ- Dinheiro

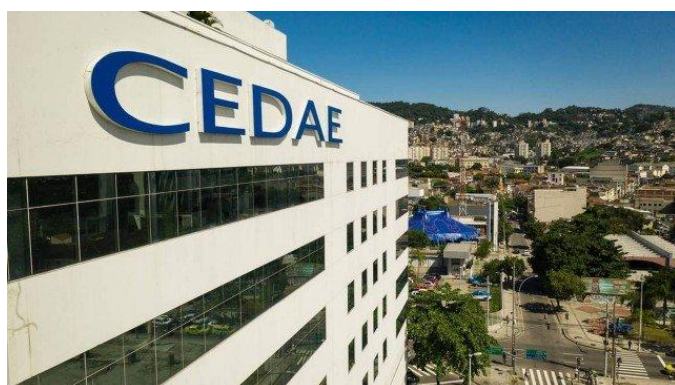
Data : 08/07/2020



EXTRA ONLINE

BNDES ESTÁ DISPOSTO A IR À JUSTIÇA PARA PRIVATIZAR CEADAE ESTE ANO

Por Ramona Ordoñez



<https://extra.globo.com/incoming/24521701-282-3bd/w640h360-PROP/xxcedae.jpg.pagespeed.ic.y4JaQ3v-9n.jpg>

Diretor do BNDES afirma que banco vai atuar para privatizar a Cedae ainda em 2020 Foto: Brenno Carvalho/18-2-2020 / Agência O Globo

O BNDES mantém sua previsão de privatizar a Cedae, empresa de fornecimento de água e esgoto no Estado do Rio de Janeiro, ainda neste ano e está preparado para enfrentar o questionamento na justiça

sobre a privatização. A informação foi dada nesta quarta-feira pelo diretor de Infraestrutura do banco, Fábio Abrahão.

O executivo destacou que a privatização da companhia, além de gerar elevados investimentos fundamentais para o setor de água e saneamento no Rio, tende a gerar empregos, beneficiando o consumidor.

Em vídeo conferência promovida pelo jornal Valor Econômico, Abrahão lamentou o fato de a prefeitura do Rio ter entrado com uma ação civil pública na Justiça contra a venda da Cedae, destacando que é preciso ter foco no consumidor, que é o pagador de impostos.

De acordo com o diretor do BNDES, a ampliação dos investimentos e dos serviços da companhia após sua privatização aumentará a arrecadação de impostos na cidade.

— A judicialização da Cedae é péssima para os 12,5 milhões usuários dos serviços da companhia. Sabemos o que foi passar meses com a água com aquele gosto horrível. O município do Rio não é autossuficiente, depende da água que vem de outros locais do Estado do Rio. A judicialização vai contra a geração de 45 mil postos de trabalho, contra a despoluição da bacia do Guandu, da Baía de Guanabara e das nossas praias.

Abrahão acrescentou que o banco vai seguir com o processo de privatização da empresa fluminense:

— O próprio aumento de investimentos vai gerar impostos. Mas o banco está preparado para seguir com o processo (de venda). A prefeitura está com uma visão um pouco mais limitada, mas estamos preparados para tocar o projeto.

O diretor destacou a importância da abertura do mercado no setor de saneamento que vai acontecer tende a acontecer com a aprovação do novo marco regulatório do saneamento. Abrahão afirmou que é perfeitamente viável o leilão da Cedae ainda neste ano. Na última terça-feira, ocorreu a segunda audiência pública sobre o tema.

Geração de 45 mil empregos

Abrahão ressaltou que a privatização da Cedae será a maior venda de serviço público no país, com previsão de investimentos novos de R\$ 33,5 bilhões, gerando 45 mil empregos diretos, não só na construção, mas também na manutenção e na operação dos serviços.

De acordo com as projeções, os cinco primeiros anos da concessão vão gerar investimentos dez vezes superiores aos investimentos feitos pela Cedae nos últimos cinco anos.

Mesmo com todas as incertezas na economia geradas por conta da pandemia da Covid-19, o BNDES continua com seus planos de realizar outros dois leilões de concessões no setor de saneamento, um em Alagoas e a Parceria Público-Privada (PPP) na cidade de Cariacica, no Espírito Santo.

A carteira atual do BNDES em projetos de saneamento, entre concessões e PPPs, totaliza cerca de R\$ 50 bilhões, atingindo uma população de cerca de 27 milhões de pessoas. Ainda há concessões ou PPPs previstas para o próximo ano no Acre e Amapá, Porto Alegre, Ceará e Rio Grande do Sul.

— O banco já está conversando com alguns outros estados do Norte e Nordeste, e essa carteira deve se ampliar muito em breve — garantiu o diretor.

*Fonte : Extra Online
Data : 08/07/2020*

CAMPOS NETO APONTA DADOS MAIS FAVORÁVEIS PARA VAREJO E INDÚSTRIA EM RECUPERAÇÃO NO BRASIL

Por Marcela Ayres

BRASÍLIA (Reuters) - O presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, exibiu em apresentação nesta quarta-feira dados que seguem apontando melhora, no início de julho, nas vendas do varejo e um impacto menos negativo para a indústria em meio à crise com o coronavírus.

Em apresentação divulgada pela assessoria de imprensa por ocasião de reunião com embaixadores da União Europeia, Campos Neto usou gráfico de vendas no varejo apontando crescimento para bens não duráveis no período de 28 de junho até 4 de julho --o que não havia ocorrido até aqui.

Ele repetiu que dados preliminares indicam alguma recuperação no varejo, exceto para serviços.

Já em relação à indústria de manufaturas, a mensagem continuou sendo de que há diferentes trajetórias de queda e recuperação nos setores, mas com variações no consumo de energia elétrica em geral mais positivas do que em apresentação do BC de 29 de junho.

Em relação à Selic, o presidente do BC reiterou que um eventual ajuste futuro no grau de estímulo monetário será residual e que o espaço remanescente para queda dos juros "é incerto e deve ser pequeno".

Fonte : Extra Online
Data : 08/07/2020



JORNAL O GLOBO – RJ

‘EMPRESAS CHINEAS ESTÃO OTIMISTAS COM INVESTIMENTOS EM LONGO PRAZO NO BRASIL’, DIZ EMBAIXADOR DA CHINA

Yan Wanming acenou que o Brasil pode fazer parte da iniciativa de investimentos 'Cinturão e Rota'

Por Gabriel Shinohara



<https://ogimg.infoglobo.com.br/in/24511894-285-429/FT1086A/652/xvia.jpg.pagespeed.ic.MC bOWm7sDq.jpg>

O governo apresentou projetos de concessão aos empresários chineses, principalmente na área de rodovias Foto: Lucas Lacaz Ruiz / A13 Newsletters

BRASÍLIA — As empresas chinesas estão “otimistas” com as perspectivas de investimento em longo prazo no Brasil. A afirmação é do embaixador da China no Brasil, Yang Wanming, que também acenou

que o Brasil pode fazer parte da iniciativa Cinturão e Rota, que já promoveu mais de US\$ 110 bilhões em investimentos ao redor do mundo.

— As empresas chinesas acompanham de perto projetos específicos desse setor e estão otimistas com as perspectivas de investimento de longo prazo no Brasil, estão dispostas a intensificar e agilizar as comunicações de forma a encontrar modelos de cooperação consistentes com as expectativas de ambas as partes.

A fala do embaixador abriu o encontro promovido pela Embaixada da China no Brasil e pelo Ministério da Infraestrutura entre o governo brasileiros e empresas chinesas. Segundo nota

divulgada pela Embaixada, o objetivo é de fortalecer a cooperação de investimentos entre empresas chinesas e brasileiras na área de infraestrutura.

O Ministério da Infraestrutura apresentou os projetos de investimentos em portos, aeroportos, ferrovias e estradas que somam US\$ 44,6 bilhões disponíveis para leilões. Mais de 60 empresas chinesas participaram da reunião.

A maior parte dos projetos apresentados são concessões de estradas, como a Dutra e a BR 101, em Santa Catarina. O Ministério espera investimentos de até US\$ 29 bilhões nesse setor nos próximos anos.

Outros US\$ 10 bilhões viriam em investimentos nas ferrovias, como a Ferrogrão que deve ligar o Mato Grosso, estado produtor de grãos ao porto de Mirituba no Pará.

— A Ferrogrão é um importante projeto para nós, porque a ferrovia liga o meio do país, Mato Grosso, onde nós temos uma grande produção de soja e milho, aos portos do Norte. Nós esperamos que o preço do frete reduza 40% no setor. Ferrogrão é uma prioridade para o governo, disse a secretária de Fomento, Planejamento e Parcerias do ministério, Natália Marcassa, ao apresentar os projetos.

Os aeroportos têm um investimento planejado de US\$ 2,4 bilhões, entre oportunidades em Guarulhos, Brasília, Confins e no Galeão, por exemplo. Já em portos, o investimento pode ser de US\$ 1,3 bilhão, em 21 terminais, incluindo o porto de Santos. Questionada sobre o porto por representantes das empresas chinesas, Marcassa disse que a previsão é que a privatização aconteça em 2022.

Investimentos

O embaixador da China também afirmou que o país está “atento” para incluir o Brasil na iniciativa Cinturão e Rota. A iniciativa é um projeto chinês de investimentos em infraestrutura ao redor do mundo.

— Ao longo dos sete anos desde o lançamento da iniciativa Cinturão e Rota, a China já fez um aporte de mais de US\$ 110 bilhões em mais de 2000 projetos e grande parte é de infraestrutura. Estamos atentos para incluir o Brasil nessa iniciativa, o que certamente vai intensificar o alinhamento das políticas de crescimento e ampliar o horizonte das cooperações bilaterais de infraestrutura.

Wanming também ressaltou que os governos dos dois países devem melhorar o ambiente de negócios.

— Esperamos também que os governos dos dois países possam dar apoio a eliminação de barreiras tangíveis e intangíveis criando assim um ambiente de negócios mais amigável e previsível para as empresas.

Em sua apresentação, a secretária ressaltou que o Brasil já conta com investidores internacionais, inclusive chineses, mas destacou que mais investimentos são bem-vindos.

— Nós queremos muito mais investimentos chineses no Brasil do que temos hoje. Nós gostaríamos de aumentar o investimento chinês, assim como temos a presença no setor de energia, vocês poderiam melhorar a participação na parte da logística também.

Das mais de 60 empresas presentes, 33 participam da China International Contractors Association (Chinca). O presidente da associação, Fang Qiuchen, disse que o investimento em construção e na melhora da infraestrutura é muito importante para estimular o crescimento econômico e afirmou que a China está comprometida em encorajar os seus membros a participar de investimentos na infraestrutura brasileira.

— Nos últimos anos, nós temos visto que o governo brasileiro está ativamente fazendo grandes investimentos na melhora de sua infraestrutura e projetos de construção. Por meio de uma série

de medidas facilitadoras, como aumento do investimento, melhora dos sistemas institucionais e do ambiente de negócios, essa estratégia de desenvolvimento, incluindo o Programa de Parceria de Investimentos (PPI), com certeza vai atrair mais e mais empresas chinesas para vir ao Brasil investir e cooperar, especialmente na infraestrutura e na construção.

Meio ambiente

No início da apresentação, os representantes do Ministério exibiram um vídeo em que mostravam os projetos e ressaltavam a preservação ambiental brasileira

Recentemente, investidores e empresários mandaram cartas ao governo brasileiro mostrando preocupação com o meio ambiente e o desmatamento.

Ao abrir para questões dos empresários chineses, um representante perguntou se o Brasil vai simplificar ou introduzir políticas “mais convenientes” da aprovação do licenciamento ambiental em um projeto de infraestrutura.

Marcassa disse que há projetos no Congresso nesse sentido, mas que os parlamentares estão focados em propostas voltadas ao combate à Covid-19. A previsão do ministério é que o debate retorne no segundo semestre.

— Nós temos um projeto de lei sendo discutido no Congresso sobre projetos de meio ambiente e acredito que a lei vai flexibilizar algumas coisas, mas melhorar as compensações mitigatórias e a fiscalização.

Fonte : Jornal O Globo - RJ

Data : 08/07/2020

MP 936: CONGRESSO BUSCA ACORDO PARA PRORROGAR DESONERAÇÃO DA FOLHA

Para líderes do Legislativo, há espaço para que a equipe econômica apresente uma alternativa à medida vetada pelo presidente

Por Marcello Corrêa e Geralda Doca

BRASÍLIA - Congresso e governo negociam uma solução para manter a desoneração da folha de pagamento para 17 setores que são grandes empregadores, após o presidente Jair Bolsonaro ter vetado a prorrogação do benefício. Segundo líderes do Legislativo, há espaço para que a equipe econômica apresente uma alternativa à medida.

No entanto, caso não haja acordo para um novo projeto, há a possibilidade de que o veto presidencial seja derrubado pelos parlamentares.

O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), se manifestou a favor da manutenção do benefício. Ele disse que prorrogar a desoneração é uma “boa ideia” e que a derrubada do veto é possível.

Maia lembrou que a proposta inicial era prorrogar a medida por dois anos, o que resultaria em maior impacto fiscal. Ele é contra a proposta do governo, que tenta, por meio de uma reforma tributária, trocar a desoneração da folha por um tributo nos moldes da CPMF.

— O Congresso vai votar e pode derrubá-lo (o veto). Acho que dois anos era um prazo longo, a proposta inicial dos setores, mas com um ano a coisa ficou equilibrada — disse o parlamentar.

A prorrogação da medida até dezembro de 2021 foi incluída por parlamentares na medida provisória (MP) 936, que autoriza acordos de redução de jornada e salário e suspensão de contrato de trabalho durante a crise do coronavírus. Bolsonaro sancionou o texto, mas vetou o trecho que trata da extensão do benefício, com o argumento de que ela representaria renúncia fiscal sem cancelamento equivalente de outra despesa obrigatória, o que violaria a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Estratégia do governo

Hoje, esses 17 segmentos, que são intensivos em mão de obra, podem optar por contribuir para a Previdência com percentual que varia de 1% a 4,5% sobre a receita bruta, no lugar de recolher 20% sobre a folha de pagamento. Na prática, trata-se de um alívio tributário. O incentivo, no entanto, está previsto para acabar em 31 de dezembro deste ano.

A decisão foi criticada por parlamentares, já que a desoneração da folha fez parte de um acordo para aprovar a proposta. O relator do texto na Câmara, Orlando Silva (PCdoB-SP), também disse ver espaço para a derrubada do veto.

— Eu acredito que o clima no Congresso é favorável à derrubada do veto, porque nessa questão específica houve amplo consenso na Câmara e no Senado — disse Silva.

Na avaliação da presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) no Senado, Simone Tebet, o veto do presidente por recomendação da equipe econômica revela a estratégia do governo de só pautar essa questão durante a reforma tributária

— Isso é muito mais por estratégia do que por discordância do mérito. O ministro (Paulo) Guedes quer desonerar a folha, mas ele quer usar isso no momento certo, dentro da reforma tributária, porque ele quer desonerar a folha e dizer que, para desonerar, precisa criar um imposto, ou o imposto financeiro, que não acredito que o Congresso aprove, ou mesmo a taxação de lucros e dividendos.

Segundo a senadora, o sucesso da negociação do governo com o Congresso dependerá do nível de detalhamento da proposta do Executivo:

— O governo vai ter que apresentar uma minuta do projeto em mãos. ‘Nós vamos isso, nós vamos aquilo’ não vai resolver.

Já o relator da MP no Senado, Vanderlan Cardoso (PSD-GO), disse ter sido convencido ontem por técnicos da equipe econômica sobre os planos do governo de ampliar a desoneração para todos os setores e, em contrapartida, criar um tributo sobre transações financeiras, nos moldes da CPMF, como fonte de compensação para a perda de receitas.

Segundo o líder do governo no Senado, Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), a proposta do governo deve ser encaminhada até o fim de julho.

A proposta do governo que prevê a criação de um novo imposto enfrenta resistência no Congresso, o que aumenta o grau de incerteza para os setores afetados, responsáveis por seis milhões de empregos, que são calçados, call center, comunicação, confecção/vestuário, construção civil, empresas de construção e obras de infraestrutura, couro, fabricação de veículos e carroçarias, máquinas e equipamentos, proteína animal, têxtil, TI, TIC (tecnologia de comunicação), projeto de circuitos integrados, transporte metroferroviário de passageiros, transporte rodoviário coletivo e transporte rodoviário de cargas.

Nesta terça-feira, em entrevista à GloboNews, o secretário especial de Previdência e Trabalho, Bruno Bianco, afirmou que a equipe econômica defende redução de custos para todos os setores:

— Estamos pensando em algo genérico para todos os trabalhadores, de maneira horizontal, que, aí sim, reduza o custo do trabalho e do emprego no Brasil.

Sessão conjunta

Vetos presidenciais são analisados em sessão conjunta do Congresso, que precisa ser convocada pelo presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP). Para derrubar a decisão do presidente, é necessário alcançar maioria absoluta nas duas Casas: ou seja, 257 deputados e 41 senadores.

Ainda não está definido, no entanto, se o veto à desoneração será submetido a esse processo. Segundo o líder do PSD no Senado, Otto Alencar, os trechos retirados da MP 936 não devem entrar na pauta, à espera da proposta mais ampla do governo.

A próxima sessão do Congresso deverá acontecer na quinta-feira da próxima semana.

Fonte : Jornal O Globo - RJ

Data : 08/07/2020

RENDA BRASIL: ESPECIALISTAS SUGEREM AO GOVERNO A UNIFICAÇÃO DE PROGRAMAS SOCIAIS

Abono salarial é um dos benefícios que poderia ser extinto. Objetivo da ação é garantir que recursos cheguem aos mais pobres

Por Cássia Almeida e Marcello Corrêa

RIO e BRASÍLIA - Especialistas em políticas sociais ouvidos pelo governo para desenhar o Renda Brasil propõem unificação de programas sociais, com redistribuição de recursos, para atender os 50 milhões de trabalhadores mais pobres.

Na avaliação da maioria, não se fala em aumento de recursos ou em mudança do teto de gastos (regra que restringe o crescimento das despesas à inflação do ano anterior) para o programa.

Segundo o professor da PUC José Márcio Camargo, idealizador de programas de transferência de renda condicionados como o Bolsa Família, que está sendo ouvido pelo governo, uma hipótese é a unificação parcial, com fim do abono salarial, que distribui um salário mínimo por ano a quem ganha até dois salários.

— Se conseguir eliminar isso, teria espaço para aumentar o Bolsa Família em 60%. São programas que não vão para os mais pobres, que tendem a aumentar a desigualdade e não afetam a pobreza. Se aumentarmos o Bolsa Família para R\$ 50 bilhões por ano, teremos condições de reduzir a porcentagem de pessoas abaixo da linha de pobreza.

Pela proposta de Ricardo Paes de Barros, professor do Insper e um dos responsáveis pela implantação do Bolsa Família, também ouvido pela equipe econômica, seriam unificados abono salarial, salário família, seguro-desemprego e Bolsa Família. A saída do programa seria feita de forma gradual, sem tirar o benefício imediatamente, conforme o cidadão avançasse no mercado de trabalho. Poderia ter uma transição de dez meses:

— Gastamos R\$ 100 bilhões com esses programas por ano, vamos focalizar e dirigir recursos aos 50 milhões de trabalhadores que ganham até um salário mínimo. Uma parcela vai perder, quem ganha acima de um salário mínimo e meio, mas o dinheiro vai chegar aos mais pobres.

Para um dos especialistas que participam do debate, o valor do novo programa precisará ser mais próximo à última parcela do auxílio emergencial, que deve ser, na prática, de R\$ 300. André Portela, outro especialista consultado pelo governo federal, diz que a ideia é usar a rede de assistentes sociais e de saúde para atender necessidades específicas.

Segundo o cientista político do Insper, Carlos Melo, a decisão do governo de investir num programa social leva em conta as pesquisas de opinião:

— As pesquisas têm mostrado que a popularidade do governo sofreu um abalo numa parte de sua base. Nesse momento, tem sido substituída por pessoas que são favorecidas pela renda emergencial.

Fonte : Jornal O Globo - RJ

Data : 08/07/2020

PRESSÃO DE BOLSONARO E SALLES REDUZIU FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL, DIZEM EX-COORDENADORES DO IBAMA

Relatos de Rene Luiz de Oliveira e Hugo Loss foram usados pelo MPF em pedido de afastamento de ministro do Meio Ambiente

Por Aguirre Talento

BRASÍLIA — As pressões públicas do presidente Jair Bolsonaro e do ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, sobre a fiscalização ambiental do Ibama provocaram "receio" nos funcionários do órgão e a redução das atividades de fiscalização, de acordo com o depoimento de um ex-coordenador que foi demitido após os atritos com o governo federal.

Rene Luiz de Oliveira, que comandava a Coordenação Geral de Fiscalização Ambiental do Ibama, prestou depoimento ao Ministério Público Federal em investigação por improbidade administrativa contra Salles, que gerou o pedido de afastamento do ministro enviado à Justiça Federal nesta semana. Seu subordinado no órgão, Hugo Loss, que foi coordenador de operação e fiscalização, também foi ouvido pelos investigadores na mesma ocasião, em um depoimento por videoconferência, realizado no último dia 29 de maio.

As 13 páginas do depoimento conjunto, enviadas à Justiça Federal e obtidas pelo GLOBO, descrevem com detalhes as pressões do governo Bolsonaro para desmontar a fiscalização ambiental. Trata-se de mais uma área com indícios de interferências indevidas do presidente — já há um inquérito em tramitação no Supremo Tribunal Federal (STF) sobre interferências na Polícia Federal e uma investigação na primeira instância sobre pressões para mudar uma portaria do Exército de compra de armas e munições.

De acordo com o relato de Rene, a gestão Salles nomeou pessoas sem perfil de fiscalização para atuar nas divisões técnico-ambientais das superintendências estaduais do Ibama e deixou cargos em aberto, apenas com nomes interinos, o que foi sucateando a atividade ao longo do ano de 2019. Aliado a isso, ele afirma que houve cortes no orçamento e diminuição do efetivo de fiscais ambientais do órgão. Tudo isso teria contribuído para uma queda no número de autos de infração no ano passado e uma diminuição da atividade de fiscalização.

No depoimento, os ex-coordenadores citam um episódio de abril de 2019 como simbólico pela pressão pública exercida por Bolsonaro na atividade de fiscalização do órgão e que provocou receio para que os fiscais realizassem seus trabalhos. Na ocasião, Bolsonaro gravou um vídeo com o senador Marcos Rogério (PDT-RO) fazendo críticas a uma ação de fiscalização do Ibama em Rondônia que destruiu maquinário usado no desmatamento, prática prevista em lei. No registro, o presidente afirma que Salles determinou a abertura de processo administrativo para apurar o assunto e disse que a orientação do governo não era destruir maquinário.

Segundo Hugo Loss, a pressão exercida por Bolsonaro no episódio provocou "receio" nos funcionários do Ibama e eles paralisaram ações de destruição de maquinário nos meses seguintes, temendo represália das autoridades.

"Uma dificuldade muito grande que a gente teve desde o ano passado foi a questão envolvendo destruição de maquinário pesado flagrado em ilícitos ambientais. Teve até servidor nosso que por pouco teve que se defender administrativamente por ter aplicado a lei e destruído maquinário. Em 2019, a Dipro (Diretoria de Proteção Ambiental) chegou até a dizer pra gente que não era pra destruir. Teve também declarações em vídeo do Presidente da República que não podíamos destruir, que a destruição iria ser apurada. Aí a gente ficou receoso. Tanto que a destruição praticamente parou em abril e só voltou ao normal em agosto de 2019, com a crise deflagrada com o 'dia do fogo' na Amazônia", afirmou Loss em seu depoimento.

Rene confirma o relato de Loss e ressalva que a ordem para não destruir maquinário foi dada de maneira informal, sem nenhum documento oficializando a orientação. Ele afirma que escreveu um documento de defesa dos fiscais que atuaram no episódio de Rondônia para mostrar que eles agiram dentro da lei, sem abusos, e impedir que fossem punidos equivocadamente pela destruição do maquinário.

"De fato, de abril até agosto de 2019 houve uma redução enorme. Os colegas não tinham nem coragem de pedir autorização para destruição, que tinham medo de retaliação. Uma retaliação que vinha de fora pra dentro", afirmou Rene.

De acordo com Rene, as declarações públicas de Bolsonaro e de Salles "repercutiram muito dentro do Ibama. Gerou retração nos fiscais, que ficaram com receio de retaliações". Prossegue o

ex-coordenador: "Pra mim, existem três formas de uma força ser aniquilada. A primeira é tirar dinheiro. A segunda é desestruturar de alguma forma, como, por exemplo, não nomear cargos estratégicos ou nomear gente sem afinidade com a causa. A terceira é gerar constrangimento, fazer baixar a guarda de quem tá na linha de frente, no caso os fiscais. As declarações das autoridades criaram uma força antagônica que causa medo ou insatisfação, levando a um estágio de baixa autoestima e conseqüente baixa na produtividade. É o desestímulo de forma geral".

Responsável na ponta por comandar operações, Hugo Loss cita que estavam realizando em abril deste ano uma ação de combate ao desmatamento nas terras indígenas Ituna-Itatá, Apyterewa e Trincheira Bacajá, localizadas no Pará, quando houve movimentação de personagens investigados por envolvimento nesse desmatamento junto à Presidência da República e teve início uma pressão contrária à ação. "A gente percebeu, pela imprensa, uma movimentação muito grande dos envolvidos nos ilícitos que a gente estava investigando junto ao Ministério do Meio Ambiente e à Presidência da República. A gente não sabia se essa movimentação era pela nossa saída, pela paralisação das operações. Não sabíamos. Mas isso atrapalhou bastante. Começamos a ficar receosos e tivemos que blindar as operações", contou Loss.

Loss afirma que a equipe envolvida na operação "começou a receber questionamentos", sem citar de quem partia essa pressão. A Funai e a Força Nacional, por exemplo, foram questionadas sobre as ações, diz ele. "A Força Nacional, que atuava com a gente, começou a receber questionamentos, e falavam para a gente 'ó, o cara está perguntando o que que está acontecendo, qual que é o plano, o que vocês estão fazendo aqui?'. A gente que tá no campo não sabe muito bem o que está acontecendo fora, mas a gente sabe que eles estão se mexendo, eles estão agindo politicamente. E a gente vai vendo as instituições começando também a sofrer pressão, né?", relatou.

Por causa dessa ação, de acordo com o depoimento, o governo acabou exonerando o diretor de Proteção Ambiental do Ibama, Olivaldi Azevedo. O episódio foi relatado por Rene: "Na segunda-feira à tarde, imediatamente depois da reportagem do 'Fantástico', o Olivaldi entrou em contato comigo para avisar que tinha sido chamado no ministério e que, dependendo da situação, depois gostaria de falar comigo. Respondi que estava à disposição. Aí ele me ligou por volta das 17:30h, 18h, e pediu para nos encontrarmos. Fomos lá no Ibama e recebi a informação dele assim, sem muitos detalhes 'a coisa ficou insustentável, estou saindo, fui exonerado, tive uma reunião agora no ministério". Rene e Loss contam que também saíram do órgão após esse episódio.

No fim da tarde de segunda-feira, a 8ª Vara Federal do DF pediu ao MPF esclarecimentos sobre o caso antes de decidir sobre o pedido de afastamento. A Justiça perguntou se há outras ações movidas com o mesmo objeto, para saber se o caso já foi decidido por outro juiz.

Salles rebateu ação

Na segunda-feira, após a ação do MPF de improbidade administrativa que pediu seu afastamento, Salles se pronunciou em nota por meio da sua assessoria de comunicação: "A ação de um grupo de procuradores traz posições com evidente viés político-ideológico em clara tentativa de interferir em políticas públicas do Governo Federal. As alegações são um apanhado de diversos outros processos já apreciados e negados pelo Poder Judiciário, uma vez que seus argumentos são improcedentes".

Procurado na noite desta terça-feira para comentar o teor dos depoimentos, o Ministério do Meio Ambiente ainda não se manifestou.

Fonte : Jornal O Globo - RJ

Data : 08/07/2020

O ESTADO DE S. PAULO

O ESTADO DE SÃO PAULO - SP

'DISCUSSÃO DE AUMENTO DA CARGA TRIBUTÁRIA NÃO PODE SER TABU'

Economista do Itaú Unibanco também defendeu reformulação de programas de distribuição de renda; Mesquita participou da série de entrevistas 'Economia na Quarentena', do 'Estadão'
Por Fernando Scheller e Mônica Scaramuzzo, O Estado de S.Paulo

Entrevista com

Mario Mesquita, economista do Itaú Unibanco

Embora o Brasil ainda esteja no pico da pandemia de covid-19, o economista-chefe do Itaú, Mario Mesquita, afirma que o Brasil não pode perder o foco nas contas públicas. Segundo ele, a agenda de reformas propostas pela equipe econômica do governo precisará voltar à pauta em breve, sobretudo para mostrar ao investidor estrangeiro de que o Brasil não vai perder o controle de seu endividamento.



<https://img.estadao.com.br/resources/jpg/6/4/1594063353746.jpg>

Economista-chefe do Itaú, Mario Mesquita, discutirá os desafios para o Brasil crescer pós-pandemia. Foto: Daniel Teixeira/Estadão

E nenhuma alternativa pode ser descartada nessa luta pela recuperação da economia e da credibilidade internacional. “Dado o crescimento da dívida, inevitavelmente, se a gente quiser minimizar o risco fiscal, vai ter de contemplar, mesmo que, de forma temporária, o aumento da

carga tributária. (Isso) não deve ser tabu”, disse Mesquita, que participou nesta terça-feira, 7, da série de entrevistas ao vivo Economia na Quarentena, do Estadão.

A discussão do orçamento para 2021 não será fácil, até porque ele terá de apontar para o controle de gastos e, ao mesmo tempo, para a distribuição de renda que se mostrou necessária em meio ao caos econômico causado pelo coronavírus. Para o economista, no entanto, a estratégia precisa ser de longo prazo e contemplar uma eventual saída dessas pessoas dos programas sociais. “A questão é que a gente precisa desenhar uma porta de saída, que deve ser pela educação. A solução permanente não é o auxílio, mas sim o País crescer.”

Leia, a seguir, os principais trechos da entrevista:

Quais são os passos para a reconstrução do Brasil pós-pandemia?

Primeiro, a gente não perder o que começou a conquistar nos últimos anos, que é uma combinação rara de taxas de juros e de inflação muito baixas. Isso está viabilizando uma transformação no mercado de capitais e na forma de o brasileiro investir. A gente vinha numa configuração de política econômica interessante, com taxa de câmbio mais competitiva. Uma condição para isso foi o processo bem gradual de ajuste fiscal desde 2016, com teto dos gastos, e do qual a gente se desviou em 2020. A necessidade desse desvio é consenso entre os analistas (para o período da pandemia). Mas precisamos voltar aos trilhos.

E quando é a hora de fazer essa escolha? Analistas falam de setembro como um mês chave para se ter ideia dos estragos provocados pela covid-19...

Há calendário fiscal brasileiro, que prevê que a gente trabalhe no orçamento agora em agosto e setembro; e tem o calendário da pandemia, que ninguém controla. Não sei se a gente vai ter tanta clareza assim da evolução da pandemia até setembro. De qualquer forma, a gente tem de trabalhar no orçamento para o retorno da política fiscal para uma trajetória de ajustes. Não sei se vai ser possível rever a agenda de gastos extraordinários de 2020 e 2021. Mas andar em direção ao ajuste é necessário porque nossa dívida pública já deve superar 90% do PIB este ano. Isso é muito alto para um país emergente.

Quais devem ser as prioridades da agenda econômica para manter o ajuste fiscal?

Lá atrás, o governo tinha falado de reforma administrativa. O governo deve ter mecanismo de gestão sobre sua força de trabalho. Dado o crescimento da dívida, inevitavelmente, se a gente

quiser minimizar o risco fiscal, vamos ter de contemplar, mesmo que de forma temporária, o aumento dos impostos. A gente tem uma reforma tributária em curso. O eixo dela não era aumentar a carga de impostos, mas simplificar. Só que de lá para cá, a dívida pública deu um salto de 15 pontos percentuais do PIB. Sob o ponto de vista de minimização de risco, deve contemplar sim esta discussão (de alta da carga tributária?), ela não pode ser tabu. Não é desejável, mas é que a gente precisa, dada a emergência fiscal na qual a gente se encontra.

Qual é o espaço de elevação de impostos?

Tem desonerações que temos há muito tempo na nossa economia. De fato, podemos repensar a questão da pejetização, alguns setores que têm tratamento tributário favorecido. Há uma lista grande de desonerações que somam alguns pontos percentuais do PIB. Parece que faz mais sentido isso do que aumentar ainda mais os impostos já existentes. Até essa crise era consenso de que a carga tributária era elevada e não poderia subir. Dado o aumento da dívida em relação ao PIB, não dá para a gente descartar uma alta temporária da carga tributária para reduzir o risco fiscal.

Dá para calcular o peso do auxílio emergencial na economia?

Com o auxílio, a gente estima que a renda disponível para as famílias este ano deve ficar relativamente estável ou ter um pequeno crescimento, de 1%. A massa salarial deve cair algo em torno de 10% a 15%. Mas isso tem um custo fiscal. Nossa conta é que cada R\$ 100 por mês de auxílio custa 0,1% do PIB. Então, a decisão de estender o auxílio por dois meses a R\$ 600 deve custar algo em torno de 1,8% do PIB para um país com gastos já elevados.

Economistas falam que o Bolsa Família ajuda as pessoas e sai relativamente barato. Neste ponto, distribuir diretamente para as pessoas os recursos pode ser uma boa solução para o Brasil?

Durante muito tempo, havia um preconceito em relação às pessoas de renda mais baixa. A ideia era de que as pessoas não saberiam gastar. Isso é um tremendo preconceito. Esse desenho de concentrar o dinheiro na mãe de família, que sabe muito bem onde alocar os recursos, se tornou exitoso. Na gênese, a transferência era condicionada à família manter as crianças na escola. Acho que o programa de transferência de renda vai ser tão exitoso quanto menos relevante ele ficar ao longo do tempo. Isso significará que as famílias de baixíssima renda estão conseguindo aumentar a sua renda. A questão é que a gente precisa desenhar uma porta de saída, que deve ser pela educação. A solução permanente não é o auxílio, mas sim o País crescer.

Muito se fala em privatizações e concessões. É uma forma rápida de fazer a economia andar mais rápido?

Pode ajudar no setor de infraestrutura e atrair capital. No entanto, vamos continuar a ter dificuldades de implementação. Temos um gargalo de projetos, de licenciamento que tende a ser lento... Então ajuda, mas eu não vejo como algo que resolve do dia para a noite.

O emprego vai muito mal. Como pode se dar a recuperação nessa área?

Sempre que tem recessão o emprego é prejudicado. O mercado de trabalho costuma se recuperar sempre no fim das crises. Não vai ser diferente desta vez. O principal fator da retomada do mercado de trabalho serão os efeitos das decisões de política monetária que foram tomadas nos últimos 18 meses. Quando o Banco Central corta juros, o impacto vem daqui a 12 meses.

Como o sr. vê o comportamento do investidor estrangeiro sobre o Brasil?

Há uma busca por retorno financeiro (no mundo todo). O Tesouro Nacional e a Petrobrás fizeram emissões muito bem-sucedidas no mercado de renda fixa. Há muito apetite do investidor por ativos de risco – e isso ajuda. Mas nós precisamos nos ajudar. Se a gente olhar a moeda, o real tem tido um desempenho pior do que a maior parte de seus pares. É uma combinação das taxas de juros em níveis historicamente baixo com risco fiscal elevado.

A crise política não afugenta esses investidores?

Adiciona incerteza e é algo que afugenta capital. Hoje eu vi várias declarações de retomada de agenda de reformas e da discussão da autonomia do Banco Central. Acho que seria muito positivo se a gente tivesse uma pacificação mais persistente do ambiente político nacional e a retomada das reformas. Isso seria bem-vindo.

O que mais atrapalha?

Outro ponto que não pode ser subestimado de forma alguma é a questão ambiental, principalmente para o investidor em Bolsa e os que vêm para ficar no longo prazo. Tenho percebido, em meus contatos, essa preocupação. A pandemia é o grande foco do mundo atual, mas o segundo tema é o ambiental. Está todo mundo atento ao que o País vai fazer. Se a gente não adotar uma política que seja consistente com as tendências globais dominantes, a gente pode enfrentar consequências da forma de atração de capital.

A gente não tinha um problema na questão ambiental e agora passou a ter?

Sempre tivemos o problema, mas ele estava sendo administrado de uma forma razoável, na visão dos investidores internacionais. E agora estamos sendo questionados, estamos vendo movimentos nessa direção por vários investidores. É uma preocupação que tem sido passada para mim e para várias outras pessoas aqui no mercado brasileiro de forma recorrente e intensa. Se o mundo tem uma opinião, é melhor a gente escutar.

O FMI veio piorando as previsões para a economia brasileira e hoje já prevê queda superior a 9%. Como o sr. vê isso?

Espero uma queda mais modesta da economia, de 4,5%. Uma contração mais intensa no segundo trimestre, de cerca de 10% a 11%. A recuperação do terceiro trimestre será muito em função da base deprimida do segundo. Para chegar no número do FMI, precisaria haver a segunda onda (da pandemia). Aí a gente contemplaria uma queda bem pior para o PIB.

Fonte : O Estado de São Paulo - SP

Data : 08/07/2020

COM SUPERSAFRA, BRASIL SE CONSOLIDA COMO MAIOR PRODUTOR MUNDIAL DE SOJA

País retoma esse posto dos Estados Unidos, com a colheita recorde de 119,9 milhões de toneladas do grão; o IBGE revisou para cima a produção agrícola nacional

Por Vinicius Neder, O Estado de S.Paulo

RIO - Com a supersafra deste ano, revisada para cima pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Brasil retoma dos Estados Unidos o posto de maior produtor mundial de soja. As projeções americanas indicam que o Brasil se consolidará na posição também na próxima safra, reforçando o bom desempenho da agropecuária brasileira, mesmo em meio à pandemia de covid-19.

No total, o Brasil deverá colher um recorde de 247,4 milhões de toneladas de grãos na safra que se encerra neste ano, 2,5% acima da produção de 2019, conforme o IBGE divulgou nesta quarta-feira, 8. Para a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), cujas estimativas atualizadas foram divulgadas também nesta quarta, a produção total da safra 2019/2020 deverá atingir o recorde de 251,4 milhões de toneladas.

A produção de soja será a principal responsável pela supersafra deste ano. Na estimativa do IBGE, foram colhidas 119,9 milhões de toneladas na safra encerrada ainda no primeiro semestre, 5,6% acima da produção de 2019. Já nos cálculos da Conab, foram 120,88 milhões de toneladas, aumento 5,1% ante a safra de 2018/2019.

Em 2018, o Brasil já havia batido os Estados Unidos como maior produtor mundial de soja, mas por uma diferença muito pequena. No ano passado, os produtores brasileiros de soja enfrentaram problemas climáticos e perderam para os americanos – o recorde na produção nacional total foi garantida pelo milho. Agora, a produção de soja nos Estados Unidos na safra 2019/2020 foi de 96,68 milhões de toneladas, na estimativa mais recente do Departamento de Agricultura (USDA, na sigla em inglês, equivalente a um ministério).

Para a próxima safra, 2020/2021, o Brasil deverá ficar novamente na frente, já que os Estados Unidos deverão produzir 112,3 milhões de toneladas de soja, enquanto os produtores brasileiros deverão colher 131 milhões, renovando um recorde, ainda nas projeções do USDA, que

acompanham o mercado global – as primeiras projeções do IBGE e da Conab para a safra 2020/2021 deverão sair em novembro próximo.

O Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA) de junho, do IBGE, elevou em 0,5% a estimativa do total de soja colhido no Brasil este ano. A produção recorde de soja só não foi ainda maior porque, nos últimos meses, o LSPA veio reduzindo suas estimativas para a colheita no Rio Grande do Sul. Na estimativa de junho, a produção gaúcha ficou em 11,2 milhões de toneladas, tomo de 39,3% em relação a 2019.

“O Estado sofreu uma forte seca entre dezembro de 2019 e maio do corrente ano, prejudicando grande parte das áreas produtoras de soja”, diz a nota divulgada pelo IBGE.

No caso do milho, outro destaque na produção nacional de grãos, as projeções para a safra 2019/2020 começaram com queda, considerada como uma acomodação em relação ao recorde colhido ano passado. Só que, nos últimos meses, as expectativas em relação à segunda safra, que é colhida no segundo semestre, vêm melhorando.

De maio para junho, o IBGE elevou sua projeção para a safra 2019/2020 em 0,8%, para 97,5 milhões de toneladas. A Conab já projeta recorde de produção também no milho, com 100,6 milhões de toneladas, aumento de 0,5% sobre a safra 2018/2019. Já nas projeções do IBGE, a produção de milho ficará 3,0% abaixo do ano anterior.

Para a segunda safra de milho, que já foi chamada de “safrinha”, mas atualmente responde por 72,6% da produção nacional, conforme o LSPA de junho, do IBGE, as projeções são mais incertas, porque a colheita ainda está no início. Segundo a Conab, 25% da segunda safra de milho foram colhidos. Na safra encerrada em 2019, a segunda safra foi a grande responsável pelo recorde de produção de milho.

Com ou sem recorde nacional, a produção brasileira de milho ainda está muito longe da americana, diferentemente do que ocorre na soja. As mais recentes projeções do USDA apontam para a colheita de 406,3 milhões de toneladas de milho na safra 2020/2021 nos Estados Unidos.

Fonte : O Estado de São Paulo - SP

Data : 08/07/2020

NOVO MARCO DO SANEAMENTO COMO GRANDE PROPULSOR DA VALORIZAÇÃO ENERGÉTICA DE RESÍDUOS NO BRASIL

*Por Yuri Schmitke A. Belchior Tisi**

O Brasil possui um grande déficit de saneamento a ser resolvido nos próximos anos. Para fazer frente a este desafio, Executivo, Legislativo e associações têm envidaram esforços para a construção de um novo marco regulatório de saneamento, merecendo destaque as alterações que estão sendo feitas na Lei Nacional de Saneamento (Lei nº 11.445/2007) para se buscar a correta destinação final dos Resíduos Sólidos Urbanos (RSU), ou lixo urbano como é comumente conhecido.

O grande problema situa-se em função da inexistência de mecanismos de financiamento que permitam a sustentabilidade dos projetos e confirmam segurança econômica aos contratos de concessão administrativa ou patrocinada, em especial os projetos construídos mediante Parceria Público Privada (PPP). Aliás, uma das grandes razões do projeto de lei em causa, de iniciativa do próprio Poder Executivo, foi justamente normalizar a cobrança pelo serviços de gestão pública dos RSU, por meio de uma tarifa em conta de consumo.

O PL nº 4.162/2019, que incorporou redações das Medidas Provisórias nº 844/2018 nº 868/2018, assim como do PL nº 3.261/2019, traz importantes e significativos avanços para permitir a delegação do serviço público de saneamento para empresas privadas, mediante contratos de concessão a longo prazo, possibilitando a cobrança do serviço por meio de tarifa na conta de consumo conjunta ou espelhada em outros serviços públicos, tudo com vistas a permitir a realização de investimentos e a sua respectiva amortização.

Outra grande ação estratégica contida na iniciativa legislativa é centrada no disciplinamento do sistema de forma uniforme, restringindo os contratos de programa e outras formas contratuais que terminam contornando a Lei de Licitações e o sistema de concessão, redundando em investimentos insuficientes, o que explica em boa parte os 37% de RSU que hoje são destinados a lixões a Céu aberto. Vale destacar, o Brasil gasta 1,6 bilhão por ano no tratamento de pessoas que tiveram exposição inadequada com o lixo urbano (ISWA, 2015).

Durante a votação do PL 4.162/2019 no Plenário da Câmara dos Deputados, foi incluído o art. 20, sem que houvesse discussão prévia sobre o dispositivo, que impõe indevida restrição na aplicação do § 8º, do art. 13, da Lei nº 11.107/05 (Lei dos Consórcios Públicos) e também dos arts. 8º, 10 e 10-A, da Lei nº 11.445/2007 (Lei Nacional do Saneamento), aos serviços de limpeza urbana e manejo de RSU. Ou seja, a aplicação de tais dispositivos ficou restrita somente aos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, retirando dos serviços de limpeza pública e manejo de RSU a vedação de formalização de novos contratos de programa e a exigência de contrato de concessão.



https://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/wp-content/uploads/sites/41/2020/07/whatsapp-image-2020-07-07-at-173616_080720204824-e1594180155270.jpeg

Yuri Schmitke A. Belchior Tisi. Foto: Acervo pessoal

Se tal pretensão for levada à cabo, a necessária modernização e moralização dos serviços de limpeza pública e manejo de resíduos sólidos urbanos – o que também inclui a mais que esperada introdução da rota tecnológica do tratamento por meio da valorização energética ou recuperação energética de resíduos, ficarão absolutamente prejudicados, perenizando-se o péssimo atendimento e a situação de descaso atual para com a saúde pública.

Vale ressaltar, neste contexto, que as usinas de valorização energética de resíduos detêm elevados atributos ambientais e elétricos, contribuindo significativamente para a mitigação dos gases de efeito estufa emitidos pelos resíduos orgânicos. Sob as tecnologias de biodigestão anaeróbia de resíduos animais, vegetais e urbanos, ou tratamento térmico de resíduos sólidos urbanos, industriais ou hospitalares, a ABREN pretende incentivar a geração de energia limpa e renovável na fração orgânica, contribuindo para o desenvolvimento sustentável e a descarbonização da matriz energética.

Em todo o mundo, existem mais de 1.300 usinas de incineração (mass burning) ou waste-to-energy (WTE) em operação, outras 1.130 usinas de gaseificação e pirólise de menor porte, e centenas de milhares de biodigestores anaeróbios para tratamento da fração orgânica segregada na origem, sendo que no Brasil não existe nenhuma usina de WTE e apenas uma usina de biodigestão de RSU e lodo de esgoto em Curitiba-PR.

Dado que o Brasil tem muitos aterros sanitários, com aproximadamente 400 com licença ambiental de operação, a tendência é que a rota tecnológica de captura de gás de aterro avance bastante. A ABREN apoia a geração de eletricidade a partir do biogás extraído do aterro, mas nossa defesa tem sido com bastante ênfase na utilização de usinas Waste-to-Energy (WTE), principalmente nas regiões metropolitanas em que se gasta cada vez mais com o transporte do lixo para aterros cada vez mais distantes.

As usinas WTE são a forma mais adequada e eficaz de destinação ambientalmente adequada do lixo urbano, mediante as rotas tecnológicas de incineração/combustão, gaseificação e pirólise. Para RSU, a tecnologia mais utilizada mundialmente (em mais de 93% das ocasiões) é mass burning, especialmente a por grelhas móveis. Em termos energéticos, o gás de aterro pode gerar até 65 kWh por tonelada de RSU, ao passo que em uma usina WTE gera de 450 a 600 kWh por tonelada, considerando a umidade média de 60% do nosso lixo.

O 5º Relatório do IPCC da ONU (2011, Cap. 10) aponta que as usinas WTE reduzem as emissões de gases de efeito estufa em 8x, tendo em vista que os aterros capturam, em geral, apenas 50%

do metano, e este é 25x mais nocivo que o CO₂. Com isso, o IPCC conclui que “as usinas WTE são a forma mais eficaz para a mitigação das emissões provocadas pelo metano dos RSU”. Além disso, mesmo os aterros sanitários trazem o risco de contaminação das águas subterrâneas e superficiais, o que reduz a disponibilidade da tão escassa água potável no planeta.

Considerando as regiões metropolitanas do Brasil, seria possível destinar 35% dos RSU para usinas de tratamento térmico, com uma capacidade de geração de aproximadamente 1.300 GWh/mês, montante suficiente para atender 3,29% da demanda nacional de energia elétrica, o que demandaria investimentos na ordem de R\$ 39 bilhões de reais (CAPEX). A Empresa de Pesquisa Energética (EPE, 2014) aponta que o Brasil possui o potencial de construir aproximadamente 100 plantas de usinas WTE (mass burning), para atender 5,4% da demanda nacional de eletricidade.

Para o desenvolvimento das usinas WTE de tratamento térmico de RSU, existem dois grandes desafios para viabilizar o financiamento do projeto (project finance). O primeiro se refere a taxa de lixo, que tem sido a grande responsável pelo sucateamento dos serviços de manejo de resíduos em boa parte do País. O segundo se refere a inexistência de leilões ou outros mecanismos de contratação e precificação adequada da energia elétrica gerada por essas usinas. O ideal é que houvesse um balcão único para contratação destes projetos e acordos operacionais entre Município (que deve tratar o lixo) e União (quem deve comprar a energia).

Em quase todos os Municípios brasileiros é cobrada uma Taxa de Limpeza Pública (TLP), juntamente com o IPTU. Como trata-se de imposto que é cobrado pelo Município e pode ser desviado para outras finalidades, o que ocorre com bastante frequência, recomenda-se que a taxa seja substituída por uma tarifa cobrada na conta de consumo de outro serviço público essencial, por exemplo na conta de água. O Paraná já pratica isso em 120 Municípios, com base no art. 29, da Lei nº 11.445/2007 (Lei Nacional do Saneamento), e tal prática está sendo explicitamente prevista na redação do novo marco do saneamento.

Outra questão relevante que serve como garantia (recebível) para o financiamento de projetos de usinas WTE é a possibilidade da venda antecipada da energia elétrica em contratos de compra e venda de longo prazo, conhecidos como CCEARs. Por meio de leilões regulados promovidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), praticamente toda a energia elétrica no Brasil tem sido contratada dessa forma para suprir as distribuidoras de energia no âmbito do mercado regulado (cativo), que hoje representa aproximadamente 70% da demanda de eletricidade no Brasil.

Segundo estudos da ABREN, o preço médio da energia elétrica produzida pelas usinas de tratamento térmico de resíduos fica em torno de R\$ 450,00/MWh a R\$ 600,00/MWh, considerando a mesma tarifa paga para um aterro sanitário, em torno de R\$ 100 a 120,00 por tonelada. O valor estipulado pela Portaria MME nº 65/2018, projeta o valor teto de R\$ 561,00/MWh (VRES) para a contratação por meio da chamadas públicas pelas distribuidoras, ao passo que a EPE estabeleceu um valor de R\$ 450,00/MWh (Abril de 2020). Essa não é uma receita fixa e que depende de uma série de fatores para ser estabelecida, mas já dá uma boa ideia dos preços para fins comparativos.

O preço da energia produzida pelas usinas de WTE poderia alcançar o custo real de R\$ 33,00/MWh, ao se considerar o Custo Evitado pelo processo de combustão mass burning. Ao considerar a eliminação do custo do transporte dos resíduos para aterros, que em algumas cidades têm que percorrer mais de 90 km para alcançar um aterro onde possa lançar o seu lixo (R\$ 300,00/MWh); a diminuição das despesas causadas ao causam no Sistema de Saúde Pública pelas diversas doenças provenientes desses aterros (R\$ 80,00/MWh); e finalmente com a eliminação do custo da transmissão de energia elétrica, uma vez que as usinas WTE são conectadas no centro de carga, diretamente na rede de distribuição (R\$ 37,00/MWh); resultará numa economia ou Custo Evitado de R\$ 417,00/MWh para os cofres públicos, conforme aponta estudo da Engenho (2020).

Ainda que se considere o preço médio de venda de eletricidade a R\$ 450,00/MWh, sabe-se que 33% das termoeletricas fósseis hoje em operação geram acima deste valor, conforme o PMO de

março do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), do mês de março de 2020. Nesse sentido, percebe-se que além de ser uma questão relevante de saneamento público, as usinas WTE são competitivas sob a perspectiva energética, podendo ser facilmente substituídas pelas termoelétricas fósseis, especialmente às térmicas com custos elevados e cujos contratos vencem em 2023.

A empresa FOXX HAZTECH é a empresa que tem sido pioneira nesse seguimento ao projetar a usina de Barueri, com 20 MW de potência instalada e potencial de tratar até 825 ton/dia de RSU, com a tecnologia chinesa da empresa Jin Jang. Já detém a licença ambiental de instalação, tarifa, energia vendida no mercado e financiamento, devendo começar as obras ainda este ano.

A empresa Grupo Lara, que opera aterros sanitários e trata 20.000 ton/dia de RSU, tem projeto para implementar uma usina de 80 MW de potência instalada, para tratar 3.000 ton/dia de RSU, na cidade da Mauá, São Paulo, que dista 45 km da Capital do Estado de São Paulo, sendo que o projeto está na iminência de obter a licença prévia ambiental. Será um projeto com a tecnologia alemã Standard-kessel Baumgarte e uma das maiores usinas do mundo.

A Empresa Ciclus trata aproximadamente 10.000 ton/dia de RSU no aterro de Seropédica, Rio de Janeiro-RJ, e pretende construir uma usina WTE mass burning de 30 MW de potência instalada, para tratar 1.300 ton/dia de RSU, podendo ainda construir usinas maiores e outras tantas unidades. A Ciclus já detém a Licença Prévia Ambiental.

Outra rota tecnológica não menos importante é o biogás gerado a partir da biodigestão anaeróbica de resíduos orgânicos (esterco de aves, suínos, gado, resíduos de frigoríficos e laticínios, resíduos urbanos e vegetais). Estima-se que o Brasil poderia substituir 40% do diesel com o biogás, e somente na fração urbana dos orgânicos seria possível abastecer 100% dos caminhões de lixo e 90% dos ônibus urbanos com o biometano extraído do biogás por meio de processos de purificação (EPE, 2020). Segundo a World Biogas Association, o Brasil aproveita apenas 2% deste potencial.

Para desenvolver este setor tão próspero, as Nações Unidas (Unido/ONU) dirigem o projeto Biogás Brasil, mediante recursos do GEF e de instituições nacionais, tendo por objetivo mapear e desenvolver toda a cadeia de recuperação energética a partir de resíduos animais na Região Sul, através de ferramentas de clusterização para buscar escala e reduzir custos, sem os quais tais projetos não seriam viáveis sob o aspecto econômico-financeiro. Seguindo os passos da Itália e Alemanha, o Brasil pode vir a ser um grande produtor de biometano, biocombustível incentivado pelo programa RenovaBio e que também traz o benefício de substituir as emissões dos combustíveis fósseis.

Segundo aponta a Climate Bonds Initiative (CBI), o Brasil tem o potencial de investimentos de até R\$ 145 bilhões a serem realizados nos próximos 12 anos na gestão dos resíduos sólidos urbanos, o que irá gerar maior arrecadação de tributos, abrir vagas de trabalho e permitir que se concretizem os objetivos da economia circular e do desenvolvimento sustentável no Brasil.

****Yuri Schmitke A. Belchior Tisi é presidente executivo da Associação Brasileira de Recuperação Energética de Resíduos (ABREN), Presidente do Waste-to-Energy Research Technology Council (WtERT – Brasil).***

Fonte : O Estado de São Paulo - SP

Data : 08/07/2020

Valor
ECONÔMICO

Informação que vira dinheiro.

VALOR ECONÔMICO (SP)

A DIFÍCIL ARTE DE ROMPER COM PASSADO

Por Cristiano Romero

O problema da pobreza não atendida por programas sociais está nos grandes centros e capitais

Na Ilha de Vera Cruz, impera a tradição de nunca se romper com o passado que nos condena ao atraso, inclusive, na transição de regimes, governos e crises. Não se muda totalmente o rumo das coisas nem quando a situação exige. E, por essa razão, torna-se sempre mais difícil avançar. Períodos de continuidade do que está dando certo são raros.

A crise da dívida, em 1982, mostrou que o regime de substituição de importações foi à breca. O modelo se esgotou porque, devido à escalada dos juros no mercado internacional, tornou-se impossível honrar o pagamento da dívida externa, que na década de 1970 saltou de US\$ 6 bilhões para aproximadamente US\$ 100 bilhões.

País ainda adota modelos que o fizeram fracassar

O governo federal perdeu a capacidade de bancar, desde a crise da dívida, os investimentos que vinha fazendo de maneira massiva. Quem viveu naqueles anos pôde perceber a degradação gradual e irremediável da infraestrutura (estradas, ferrovias, aeroportos, portos) e dos serviços públicos desde então. No fundo, ainda vivemos em função daquele legado.

Equilibrar o balanço de pagamentos, isto é, gerar divisas internacionais para fazer frente ao pagamento da dívida externa, tornou-se mais importante do que combater a inflação naquele momento. É que, para dar rapidamente competitividade às exportações e, assim, gerar saldos positivos na balança comercial, a saída era promover maxidesvalorizações da moeda nacional frente ao dólar.

Como dizia o ministro da Fazenda do governo Geisel (1974-1979), a inflação aleija, mas o câmbio mata. Na prática, a desvalorização da taxa de câmbio reduz o salário real de quem trabalha, o poder de compra diminui, uma vez que ficamos todos mais pobres em relação ao mundo. Por conseguinte, diminui os custos de produção das empresas. O efeito colateral danoso é o aumento da inflação.

Os militares não tiveram muito tempo para fazer algo e, por isso, passaram o bastão aos civis, em março de 1985, com inflação alta e disparando e debilidade no balanço de pagamentos. A Nova República, cujo primeiro presidente fora um prócer da ditadura _ José Sarney, ex-governador do Maranhão _, foi inaugurada sem operar mudanças no modelo que vinha dando errado. Um importante protagonista daquele momento na equipe econômica contou a esta coluna o que aconteceu.

"O acordo com o FMI, de 1983, e os empréstimos setoriais do Banco Mundial, negociados e nunca concluídos, apontaram sérias distorções institucionais no campo econômico do Estado brasileiro. Das intensas discussões de então, das quais participei, surgiu a percepção de mudanças necessárias", relata Mailson da Nóbrega, que comandou o Ministério da Fazenda nos últimos dois anos do governo Sarney.

Antes, entre 1983 e 1984, Mailson coordenou a realização de amplo estudo para examinar a situação das finanças públicas federais. Em decorrência daqueles estudos, adotaram-se medidas relevantes como a extinção da "conta-movimento" do Banco do Brasil, o fim das atividades de fomento do Banco Central e a eliminação do Orçamento Monetário. Também em consequência daquele trabalho, foi criada a Secretaria do Tesouro Nacional, entre outras ações modernizantes.

Foi um avanço, sem dúvida. Imagine-se o seguinte: a conta-movimento permitia que o governo dispusesse de recursos financeiros, a qualquer momento e fora do orçamento, do caixa de um banco estatal. O BB, portanto, financiava o Tesouro. Dilma Rousseff sofreu impeachment por muito menos... Outra jabuticaba era a atuação do BC como agência de fomento para a agricultura. Em ambos os casos, os instrumentos fomentavam, na verdade, a explosão da inflação.

No setor externo, ficaram evidentes as distorções criadas pelo acirramento dos controles de importações e o efeito negativo da política de substituição de importações (levada então ao

extremo) sobre a concorrência, a inovação e a produtividade. Daí, os estudos, revela Mailson, para rever a estrutura tarifária, à época plena de redundâncias e outras distorções.

"Esse trabalho insano, realizado de forma competente pela então Comissão de Política Aduaneira, forneceu a convicção de que chegara a hora de iniciar um processo cuidadoso e unilateral de redução dos escandalosos níveis de direitos de importação (alguns acima de 100%). Desse trabalho, adveio a primeira ação de abertura da economia em 1988, seguida da segunda em 1989. A tarifa média caiu para pouco mais de 30%, ainda elevadíssimas, mas muito inferiores às praticadas."

Um passo adicional foi a eliminação da lista de importações suspensas (sim, havia isso), que abrangia cerca de 3.500 produtos. Mesmo que o importador se dispusesse a pagar as altas tarifas, era proibido emitir a guia de importação. Como parte do acordo não concluído com o Banco Mundial, o Ministério da Fazenda se comprometeu a eliminar a lista em um prazo.

"Em janeiro de 1989, a lista estava em 500 produtos, todos muito sensíveis. Naquele mês, recebi o então diretor da Cacex, Namir Salek, que me propôs suspender a medida. Os argumentos eram fortes: fim de governo, baixa confiança, nível reduzido de reservas internacionais. A eliminação dessas 500 posições poderia, na visão dele, disparar um processo de importações que consumiriam as modestas reservas internacionais e piorariam a crise, que abrangia dificuldades no balanço de pagamentos. Concordei com Salek e até hoje me arrependo. Estou convencido de que o seu cenário pessimista não se materializaria. Não havia demanda para tanto."

Em 1986, uma equipe de jovens economistas lançou um engenhoso plano para estabilizar a inflação. Mas, como vivíamos ainda o pleno funcionamento do modelo de substituição de importações, que fechava as fronteiras comerciais do país às importações, o plano não tinha como dar certo. Sem expor os preços domésticos à competição internacional, a inflação ficaria em níveis comportados por muito tempo.

Fernando Collor de Mello venceu a eleição de 1989, com o discurso de uma agenda liberalizante. Por muito tempo, atribuiu-se a ele a novidade. "As ideias liberais que Collor abraçou já estavam em discussão desde os anos iniciais da crise da dívida externa", observa Mailson da Nobrega.

Cristiano Romero é editor-executivo e escreve às quartas-feiras

E-mail: cristiano.romero@valor.com.br

Fonte: Valor Econômico - SP

Data : 08/07/2020

BANCO DO BRASIL AVANÇA EM PROJETOS DE INFRAESTRUTURA

Banco do Brasil avança em projetos de infraestrutura

Por Banco do Brasil — Valor 13/12/2018 11h30 Atualizado há 10 meses 08/07/2020



[https://s2.glbimg.com/tilpBI2tlQSPzfmlIH_BI8BnIjo=/984x0/smart/filters:strip_icc\(\)/i.s3.glbimg.com/v1/AUTH_63b422c2caee4269b8b34177e8876b93/internal_photos/bs/2019/7/w/vMuiUURKS2IDQu6DyR8Q/o-20banco-20do-20brasil-20atuou-20como-20assessor-20financeiro-20do-20patria-20investimentos-20para-20o-20leil-c3-a3o-20de-20concess-c3-a3o-20de-20uma-20rodovia-20de-20570-20quil-c3-b4metros-20em-20s-c3-a3o-20paulo](https://s2.glbimg.com/tilpBI2tlQSPzfmlIH_BI8BnIjo=/984x0/smart/filters:strip_icc()/i.s3.glbimg.com/v1/AUTH_63b422c2caee4269b8b34177e8876b93/internal_photos/bs/2019/7/w/vMuiUURKS2IDQu6DyR8Q/o-20banco-20do-20brasil-20atuou-20como-20assessor-20financeiro-20do-20patria-20investimentos-20para-20o-20leil-c3-a3o-20de-20concess-c3-a3o-20de-20uma-20rodovia-20de-20570-20quil-c3-b4metros-20em-20s-c3-a3o-20paulo)

O Banco do Brasil atuou como assessor financeiro do Patria Investimentos para o leilão de concessão de uma rodovia de 570 quilômetros em São Paulo — Foto: Fotolia

Ainda no período de transição, o governo que assume em 1º de janeiro já deu um sinal importante para o setor de infraestrutura. Garantiu que vai manter o Programa de Parceria em Investimentos (PPI). Lançado em maio de 2016, ele foi responsável por colocar em andamento 86 projetos, com

investimentos estimados em R\$ 116,5 bilhões. Até o fim do ano, alguns deles estarão concluídos, com a expectativa de cerca de R\$ 12 bilhões em aportes.

De acordo com o CNI, para sanar ineficiências e garantir o potencial de crescimento da economia, o Brasil precisa investir, todos os anos, pelo menos 4,5% do Produto Interno Bruto (PIB) em infraestrutura nos próximos 25 anos. Tradicionalmente, porém, esse número não tem passado de 2%. Os gargalos existentes apontam para a irreversibilidade da agenda de leilões de concessão. Por outro lado, os gestores públicos vêm implementando importantes medidas para aperfeiçoamento dos modelos regulatórios, conferindo maior segurança tanto para investidores como para os usuários dos serviços públicos. Como resultado, os projetos de infraestrutura têm atraído cada vez mais o interesse da iniciativa privada.

Atento a essas necessidades, o Banco do Brasil, por meio do BB Banco de Investimentos (BB-BI), vem fortalecendo sua atuação como assessor financeiro em Project Finance, auxiliando investidores na definição da estratégia de participação em leilões de concessão de infraestrutura e na estruturação da dívida, junto a bancos de fomento e mercados de capitais. Os serviços incluem leitura de mercado e do ambiente competitivo, estudos de viabilidade financeira do projeto, análise dos documentos licitatórios e do arcabouço regulatório, além de negociações com provedores de recursos de longo prazo.

Recentemente o BB-BI foi contratado pelo Patria Investimentos, um dos maiores gestores de private equity do país, como assessor financeiro para o leilão de concessão uma rodovia de 570 quilômetros no estado de São Paulo. O Patria sagrou-se vencedor e constituiu a concessionária Entrevias, a primeira concessionária do País patrocinada por um Fundo de Investimentos em Participações.

O BB-BI também atuou na estruturação da dívida na fase pós-leilão, que resultou numa operação emblemática: em março deste ano a Entrevias captou R\$ 1 bilhão em debêntures de infraestrutura, com prazo de quase 13 anos. Esse montante, somado a R\$ 1,2 bilhão aportado pelos acionistas, garantirão os recursos necessários para execução do projeto. Trata-se do primeiro projeto de infraestrutura logística financiado integralmente por meio do mercado de capitais no Brasil.

A emissão também se destaca por não vincular garantias dos patrocinadores do projeto. Dessa forma, a capacidade de pagamento da dívida provém unicamente da geração de caixa do projeto. Ainda assim, a emissão atraiu ofertas que totalizaram cerca de R\$ 2 bilhões, ou seja, quase duas vezes o volume necessário. Face à elevada oferta, tanto de investidores nacionais como estrangeiros, o custo dos papéis ficou abaixo do previsto.

Por seu caráter inovador, e pelo sucesso na atração de recursos, a emissão da Entrevias conquistou o prêmio Best Road Financing, oferecido pela revista LatinFinance, especializada na cobertura de mercados financeiros e de capitais na América Latina e Caribe.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data : 08/07/2020



G1 – O PORTAL DE NOTÍCIAS DO GLOBO

SINDAPORT VAI ENTRAR NA JUSTIÇA CONTRA DEMISSÕES DE 38 FUNCIONÁRIOS DA SPA

Sindicato busca uma liminar que suspenda as demissões e instaure mediação. SPA diz que as demissões foram realizadas em vista um "novo cenário que envolve a desestatização"

Por G1



[https://s2.glbimg.com/tx67mu3P0R74imOTaKnpneUZDh4=/0x0:1152x648/984x0/smart/filters:strip_icc\(\)/i.s3.glbimg.com/v1/AUTH_59edd422c0c84a879bd37670ae4f538a/internal_photos/bs/2020/Z/4/azMliZSPOyufn8sa6BTQ/reuniao-sindicato.jpg](https://s2.glbimg.com/tx67mu3P0R74imOTaKnpneUZDh4=/0x0:1152x648/984x0/smart/filters:strip_icc()/i.s3.glbimg.com/v1/AUTH_59edd422c0c84a879bd37670ae4f538a/internal_photos/bs/2020/Z/4/azMliZSPOyufn8sa6BTQ/reuniao-sindicato.jpg)

Portuários que foram demitidos se reuniram com a diretoria do Sindaport, em Santos — Foto: Divulgação/Sindaport

funcionários da Santos Port Authority (SPA), a Autoridade Portuária de Santos, no litoral de São Paulo. A SPA disse que ainda não recebeu qualquer notificação ou intimação sobre o assunto.

Os portuários que foram demitidos se reuniram com a diretoria do Sindaport, com o departamento jurídico da entidade e com representantes do Sindicato dos Engenheiros e dos Operários Portuários nesta segunda-feira (6). Eles relataram que ficaram surpresos com a demissão, já que a maioria tinha um relevante histórico de anos de serviços prestados à empresa.

Por meio de nota, a SPA explicou, na última sexta-feira, que as demissões foram realizadas em vista um "novo cenário que envolve a desestatização e altos desembolsos que exigirão um esforço de caixa adicional nos próximos anos". A seleção dos funcionários foi feita com base na necessidade de pessoal em cada área, as atribuições, o custo mensal desses funcionários, cuja média é superior a R\$ 32 mil por mês, e o fato de a maioria dos dispensados estar aposentada e ser beneficiária do Portus.

O presidente do Sindaport, Everandy Cirino dos Santos, diz que a Autoridade Portuária demitiu os empregados em plena quarentena e em estado de calamidade pública decorrente da pandemia. "Enquanto a Autoridade Portuária dispensa trabalhadores que deram uma vida à construção do Porto de Santos, a empresa mantém 24 funcionários comissionados com vencimentos de R\$ 25 mil em média".

O Sindaport resolveu ingressar com uma ação judicial no Ministério Público do Trabalho buscando uma liminar que suspenda as demissões e instaure mediação e conciliação desse conflito.

No documento encaminhado ao MPT, segundo o sindicato, será enfatizado que alguns empregados pediram à Autoridade Portuária, diante da pandemia de coronavírus, a reabertura do Plano de Incentivo ao Desligamento Voluntário, encerrado em abril, para a adesão.

De acordo com o departamento jurídico do Sindaport, entre os 38 dispensados há técnicos portuários representados pelo Sindicato, mas também engenheiros e desenhistas. Por essa razão, os ex-funcionários devem entrar em contato com o departamento jurídico de suas entidades representativas para saber qual caminho seguir.

O G1 entrou em contato com a Santos Port Authority (SPA). A companhia disse que as demissões fazem parte de mais uma etapa do processo de readequação empresarial, atendendo-se aos novos padrões de governança corporativa, de transparência e modernização da gestão administrativa, de eficiência de processos e aprimoramento dos recursos humanos empregados, bem como da meritocracia entre seus colaboradores.

A companhia disse ainda que, desde o início da atual gestão, já foram efetivadas práticas de redução do quadro de pessoal da empresa, como a aplicação do Plano de Desligamento por Mútuo Acordo – PDMA, cujo prazo de inscrição encerrou-se em 2 de dezembro de 2019, como também o Programa de Incentivo à Demissão Voluntária – PIDV, com adesão de cerca de 200 empregados, frente a um público elegível de quase 500 funcionários.

A SPA ainda falou que, até o momento, não foi notificada de qualquer demanda judicial por parte dos ex-colaboradores.

*Fonte : G1 – O Portal de Notícias do Globo
Data : 07/07/2020*

NAVIO EM QUARENTENA APÓS REGISTRAR CASOS DE COVID-19 AGUARDA AUTORIZAÇÃO PARA DEIXAR O PORTO DE SANTOS

Graneleiro MV Seajoy, carregado com mais de 63 toneladas de soja, está em quarentena na Barra de Santos, no litoral paulista, desde 23 de julho.

Por G1 Santos



[https://s2.glbimg.com/0IL3ZemQ-jw7HwhKR6eOWcBl-kY=/0x0:795x478/984x0/smart/filters:strip_icc\(\)/i.s3.glbimg.com/v1/AUTH_59edd422c0c84a879bd37670ae4f538a/internal_photos/bs/2020/b/i/UPkzKwQQysPzlqNpl62Q/seajoy-1.jpg](https://s2.glbimg.com/0IL3ZemQ-jw7HwhKR6eOWcBl-kY=/0x0:795x478/984x0/smart/filters:strip_icc()/i.s3.glbimg.com/v1/AUTH_59edd422c0c84a879bd37670ae4f538a/internal_photos/bs/2020/b/i/UPkzKwQQysPzlqNpl62Q/seajoy-1.jpg),

Navio graneleiro MV Seajoy aguarda autorização para deixar o Porto de Santos — Foto: Divulgação/Marine Traffic

A tripulação do navio graneleiro MV Seajoy aguarda autorização para encerrar a quarentena e deixar o

Porto de Santos, no litoral de São Paulo, onde a embarcação passou 14 dias atracada, após a confirmação de dois casos positivos do novo coronavírus entre tripulantes.

De acordo com informações obtidas pelo G1 nesta terça-feira (7), a embarcação atracou no cais santista e realizou o carregamento de 63.520 toneladas de soja entre os dias 19 e 21 de junho. Porém, após o diagnóstico positivo dos tripulantes, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) determinou a quarentena do navio.

Do atracadouro, localizado no Armazém 39 do porto, onde o carregamento da soja foi feito, o navio rumou em direção à Barra de Santos, no dia 23 de junho, onde permanece em quarentena até esta terça-feira. Segundo a Anvisa, uma nova vistoria para a detecção de possíveis focos de contaminação será realizada.

Caso a vistoria não aponte irregularidades ou novos casos de Covid-19, a embarcação terá autorização para operar ou deixar o Porto de Santos. Segundo a Santos Port Authority, autoridade portuária santista, o MV Seajoy é, atualmente, o único navio em quarentena na área de fundeio do complexo.

Fonte : G1 – O Portal de Notícias do Globo

Data : 07/07/2020



DIÁRIO DO NORDESTE - CE

MOVIMENTAÇÃO NO PORTO DE FORTALEZA CRESCE 9% NO 1º SEMESTRE, APESAR DA PANDEMIA

Escrito por Redação, 17:29 / 07 de Julho de 2020. Atualizado às 18:14



Os graneis sólidos foram responsáveis pela alta, enquanto os graneis líquidos se mantiveram praticamente estáveis.

[https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/image/contentid/policy:1.2963603:1594153602/porto-de-fortaleza.jpeg?f=16x9&\\$p\\$f=4b1b569](https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/image/contentid/policy:1.2963603:1594153602/porto-de-fortaleza.jpeg?f=16x9&pf=4b1b569)

Mesmo no cenário econômico abalado pela pandemia da Covid-19 no primeiro semestre deste

ano, o Porto de Fortaleza registrou crescimento de 9% na movimentação de cargas, quando comparado ao mesmo período do ano passado.

A alta foi puxada pelos produtos: trigo, escória, clínquer, manganês, magnésio, vergalhão, tarugo de aço e os derivados de petróleo. As 2,34 milhões de toneladas registradas até o momento, representam 53% de tudo o que foi movimentado em 2019 (4,4 milhões de toneladas).

Granéis

Os granéis sólidos cresceram 19% em junho comparado ao mesmo mês de 2019, passando de 909.195t para 1.080.406t. Com o segundo melhor desempenho, aparece a carga geral, registrando aumento de 10,5%, (+20.459t). Os granéis líquidos se mantiveram praticamente estáveis, passando de 1.030.956 toneladas para 1.041 toneladas.

De acordo com a diretora-presidente da Companhia Docas do Ceará, Mayhara Chaves, o crescimento contínuo do granel sólido neste ano possibilitou igualar a movimentação de granel líquido de 2019, que liderou o volume de cargas do ano anterior.

De janeiro a junho deste ano, os granéis sólidos responderam por 46% da movimentação total e os granéis líquidos por 45%. No mesmo período ano passado, respectivamente, foram 43% e 48%. A carga geral se manteve estável em 9%.

“A movimentação eficiente dos granéis sólidos está consolidando essa carga no Porto de Fortaleza, que só não foi maior devido à pandemia da Covid-19. Em relação aos granéis líquidos, o período de isolamento social iniciado em março deu uma freada no consumo, que agora já está voltando próximo da normalidade e em breve teremos um desempenho melhor desta carga”
Mayhara Chaves (diretora-presidente da CDC)

Fonte: Diário do Nordeste – CE

Data : 08/07/2020

portosenavios

PORTAL PORTOS E NAVIOS

A PARTIR DO FINAL DE 2020, NAVIOS QUE ENTRAREM NA EUROPA DEVEM TER IHM A BORDO

Por Dérika Virgulino NAVEGAÇÃO 07/07/2020 - 21:09



<https://cdn-pen.nuneshost.com/images/200612-navio-porta-conteiner-712.jpg>

Arquivo

SRR estabelece também que navios com bandeira de países da Europa devem ser reciclados em estaleiros aprovados.

A partir de 31 de dezembro deste ano, todas as embarcações de longo curso de bandeira brasileira que entrarem em águas europeias deverão ter a bordo o Inventário de Materiais Perigosos (IHM) do navio. Isso em cumprimento ao Regulamento de Reciclagem de Navios da União Européia (SRR), criado em 2013. Esta convenção determinou também que desde janeiro de 2019 todas as embarcações com bandeiras baseadas nos países da Europa devam ser demolidas ou recicladas em estaleiros aprovados pela União Européia (UE).

De acordo com o professor do Centro de Estudos para Sistemas Sustentáveis da Universidade Federal Fluminense (CESS/UFF), Newton Narciso Pereira, no último levantamento realizado foram contabilizados 10 mil embarcações ao redor do mundo com IHM, porém, segundo estimativas da UE, a partir dessa regulamentação 30 mil navios devem passar demandar o

inventário a bordo. Ele afirmou que, embora o prazo para a adaptação tenha sido mantido, a pandemia do novo coronavírus criou uma corrida para a realização dos inventários dos navios já existentes, esbarrando na dificuldade sobre o número de laboratórios capacitados para fazer esse tipo de análise.

O SRR foi baseado na Convenção Internacional de Hong Kong para reciclagem adotada em 2009, mas que ainda não entrou em vigor. Pereira explicou que para vigorar, a convenção precisa ser ratificada por pelo menos 15 países que representem 40% da frota mundial. Além disso, é necessário que esses países tenham realizado 3% da reciclagem no mundo nos últimos dois anos. No entanto, até momento a capacidade de reciclagem mundial está na ordem dos 0,5%.

Pereira acredita que a convenção passe a vigorar apenas em 2025 ou 2030, visto que os países ainda precisam melhorar a capacidade de reciclagem dos seus estaleiros. “A Índia ratificou em 2019, mas para isso o país teve todo o apoio do Japão para preparar seus estaleiros de reciclagem. Alguns países da Ásia também estão recebendo apoio externo para melhorar suas operações”, exemplificou Pereira durante Live realizada pela Revista Portos e Navios sobre Inventário para materiais perigosos de embarcações, nesta terça-feira (07).

Ele lembrou que o Brasil não ratificou a convenção, mas que, caso se interesse em participar do mercado de reciclagem, deve começar a pensar em toda uma cadeia que envolve custo com mão de obra especializada, a necessidade de incentivos, entre outros aspectos. Porém, ele acredita que, daqui em diante, os próprios estaleiros nacionais, observando que isso passará a ser um requisito em escala global, devem adotar o IHM para os novos navios. “Ainda é uma coisa embrionária. A Europa saiu na frente impondo uma restrição de data e todo o mundo vai ter que cumprir para navios existentes. Mas para navios novos isso já entrou na curva de aprendizado da própria indústria”, disse.

Mesmo sem estar em vigor, a convenção continua seguindo o fluxo de ratificação dos países membros e inserção de anexos sobre novas regras. Em 2015, foi incluído o anexo específico sobre o IHM, determinando que o navio no final da sua vida útil, quando encaminhado para a reciclagem, precisa conter o inventário como todos os materiais perigosos e com potencial poluidor no Plano de Reciclagem da Embarcação. O objetivo é que o gestor possa ter todo o quantitativo do material a bordo do navio e possa, a partir daí, planejar toda a operação de reciclagem, bem como fazer o planejamento dos custos para o tratamento do navio.

A Convenção de Hong Kong elencou 15 elementos considerados de caráter perigoso, que devem ser analisados para a composição do inventário. O primeiro da lista, de acordo com Pereira, é o amianto. Ele afirmou que este material foi muito utilizado para a construção dos navios mais antigos, especialmente por sua característica de resistência a altas temperaturas. A partir de 2011 ele foi banido das embarcações, porém, os navios que ainda possuem este material precisam ser bem gerenciados nos estaleiros. Além do amianto estão tabelados na convenção resíduos líquidos, sólidos, materiais depletos da camada de ozônio, radioativos, entre outros.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 08/07/2020

COMO TORNAR A INDÚSTRIA NAVAL E DE O&G NACIONAL MAIS COMPETITIVA - ENTREVISTA COM BRUNO GALHARDO - PRESIDENTE CSENO/ABIMAQ

Redação INDÚSTRIA NAVAL 08/07/2020 - 07:01



<https://cdn-pen.nuneshost.com/images/300707-bruno-galhardo.jpg>

A Portos e Navios entrevista em 9 de julho, às 17h, o presidente CSENO/Abimaq, Bruno Galhardo

- A crise e a reorganização dos fornecedores locais
- Flexibilização das regras de conteúdo local
- Oportunidades de desenvolvimento de clusters navais e arranjos produtivos locais

A entrevista será transmitida em live pelo Instagram, no link

<https://www.instagram.com/portosenavios/>

A live será conduzida pelo jornalista Danilo Oliveira.

Perguntas para o entrevistado podem ser enviadas previamente para editoria@portosenavios.com.br.

Tem uma sugestão de tema para webinar ou entrevista? Envie para a redação pelo email editoria@portosenavios.com.br

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 08/07/2020

ANP INICIA CONSULTAS PÚBLICAS SOBRE CONTEÚDO LOCAL

Da Redação INDÚSTRIA NAVAL 07/07/2020 - 20:23

A ANP iniciou nesta terça-feira (7) três consultas públicas relativas a conteúdo local nos contratos de exploração e produção de petróleo e gás natural. A primeira tem como objetivo obter contribuições à minuta de resolução que tratará dos termos de ajustamento de conduta (TACs) de conteúdo local para fases já encerradas dos contratos. A segunda é relativa à alteração o Regulamento Técnico de Relatório de Gastos Trimestrais com Exploração, Desenvolvimento e Produção, anexo da Portaria ANP nº 180/2003. Já a terceira trata de conteúdo local em acordos e compromissos de individualização da produção e na anexação de áreas.

A Consulta Pública nº 5/2020 trata da regulamentação dos termos de ajustamento de conduta (TACs) de conteúdo local para fases já encerradas dos contratos. O objetivo é reverter multas aplicadas por descumprimento de compromissos de conteúdo local em investimentos, de forma a estimular a indústria brasileira. A consulta ocorrerá pelo período de 60 dias e a audiência pública sobre o tema ocorrerá no dia 25/9, no formato virtual.

No Brasil, os contratos para exploração e produção de petróleo e gás natural possuem cláusulas de conteúdo local, que estipulam um percentual mínimo de contratações de bens e serviços que devem ser realizadas no Brasil.

Após a 13^o Rodada de Licitações, o CNPE determinou a adoção de novo modelo de conteúdo local e permitiu a adoção de exigências distintas daquelas vigentes nos contratos passados, o que resultou na Resolução ANP n.º 726/2018 e na possibilidade de aditamento dos contratos vigentes com fases não encerradas para que esses pudessem incorporar os aprimoramentos resultantes da evolução regulatória.

Por limitação de ordem jurídica, contudo, a evolução regulatória não pode ser aplicada a contratos extintos ou a fases já encerradas. Assim, propõe-se que esses casos não contemplados pelo aditamento sejam tratados por meio de Termos de Ajustamento de Conduta, de adoção facultativa pelos concessionários.

A ANP realizou a Tomada Pública de Contribuições – TPC n.º 1/2019, com início no dia 3 de maio de 2019 e duração de 30 dias. Durante esse período, foram recebidas diversas contribuições. Também foram realizados debates em diversos eventos do setor para esclarecimento da proposta e das alternativas regulatórias, além de análises técnicas e jurídicas, que contribuíram para a elaboração da Minuta de Resolução.

A Consulta Pública nº 4/2020 tem como objetivo obter contribuições sobre a proposta de resolução que regulamenta os critérios de conteúdo local a serem adotados no acordo e no compromisso de individualização da produção e na anexação de áreas, nos contratos de exploração e produção de petróleo e gás natural. A consulta pública ocorrerá por 60 dias e a audiência sobre o tema será realizada em 15/9, no formato virtual.

A individualização da produção é um procedimento que visa à divisão do resultado da produção e ao aproveitamento racional do petróleo e/ou gás natural, quando uma jazida se estende além do bloco concedido ou contratado sob o regime de partilha de produção. Caso todos os blocos abrangidos pela jazida sejam de uma mesma empresa ou consórcio, dá-se o compromisso de

individualização da produção (CIP); e se forem de empresas diferentes ou algum não for contratado (pertencente à União), ocorre o acordo de individualização da produção (AIP).

Já a anexação de áreas consiste na incorporação de uma determinada descoberta comercial a um campo produtor ou potencialmente produtor, ampliando seus limites com vistas à exploração conjunta dos recursos petrolíferos. Neste caso, ambos também devem pertencer à mesma empresa ou consórcio e ser requerida pelo operador. Trata-se de uma solução para casos de reservatórios dependentes que precisam ser incorporados a outros para se tornarem comercialmente viáveis.

Simplificação do envio de informações sobre conteúdo local

Por fim, a Consulta Pública nº 6/2020 trata da minuta de resolução que altera o Regulamento Técnico de Relatório de Gastos Trimestrais com Exploração, Desenvolvimento e Produção, anexo da Portaria ANP nº 180/2003. A proposta busca a simplificação regulatória, eliminando a utilização, em algumas situações, de dois métodos distintos de apresentação de relatórios de conteúdo local, com parâmetros e periodicidade distintos. A consulta ocorrerá pelo período de 45 dias e a audiência pública sobre o tema ocorrerá no dia 9/9, no formato virtual.

A Portaria ANP nº 180/2003 estabelece a obrigatoriedade do envio de Relatório de Gastos Trimestrais (RGT) em todos os contratos de exploração e produção celebrados, enquanto a Resolução ANP nº 27/2016 exige o envio de Relatório de Conteúdo Local (RCL) para os contratos assinados a partir da Sétima Rodada e os assinados em rodadas anteriores que tenham celebrado o termo aditivo previsto na Resolução ANP nº 726/2018, que permitiu às empresas aderirem às novas regras de conteúdo local.

A minuta de resolução em consulta visa dispensar a obrigatoriedade da entrega do Relatório de Gastos Trimestrais nos contratos abrangidos pelo art. 6º da Resolução ANP nº 27/2016 ou pelo aditamento de Cláusula de Conteúdo Local facultado pela Resolução ANP nº 726/2018.

A proposta representa ganho de eficiência e economia processual para as operadoras e para a Agência. A ANP mantém uma dinâmica de atualização constante de seu arcabouço regulatório, tendo revogado 583 atos normativos no intervalo de três anos.

*Fonte: Portal Portos e Navios - RJ
Data: 08/07/2020*

CAIS PÚBLICO DO PORTO DO RIO DE JANEIRO SERÁ ALFANDEGADO ESTE ANO

Da Redação PORTOS E LOGÍSTICA 07/07/2020 - 20:20



<https://cdn-pen.nuneshost.com/images/151130-porto-do-rio-de-janeiro.jpg>

O “realfandegamento” de parte do cais público do Porto do Rio de Janeiro, solicitado pela Companhia Docas do Rio de Janeiro (CDRJ) à Receita Federal em fevereiro deste ano, está previsto para acontecer em breve.

Segundo informações do superintendente de Gestão Portuária do Rio de Janeiro e Niterói, Leandro Lima, no atual momento do processo, a CDRJ contratou uma empresa de consultoria

e auditoria para verificar a eficiência e a segurança dos sistemas informatizados de controle de acesso ao porto.

“O laudo dessa análise será entregue à Receita Federal, junto com documentos complementares que o órgão exigiu em adição aos que já foram entregues por ocasião da solicitação de anuência”, explicou Leandro.

Posteriormente, a CDRJ aguardará o parecer da Receita Federal, que poderá ser favorável ou gerar em nova exigência de apresentação de outros documentos que o órgão considerar pertinentes.

O diretor-presidente da CDRJ, Francisco Antonio de Magalhães Laranjeira ressaltou a importância dessa medida: “Com a recuperação do alfandegamento do cais público do Porto do Rio de Janeiro, a CDRJ passará a ter mais recursos próprios para investir na infraestrutura portuária”.

O alfandegamento da área, tornando-a sob controle aduaneiro, significa que a Alfândega terá que autorizar qualquer movimentação, armazenagem e despacho aduaneiro de mercadorias procedentes do exterior ou a ele destinadas.

Relembre os fatos – A primeira etapa do processo de “realfandegamento” do cais público do Porto do Rio de Janeiro foi a obtenção da Certidão Positiva com efeitos de negativa dos tributos federais, depois de 15 anos em situação irregular. A Certidão Negativa de Débitos (CND) era uma exigência indispensável da Receita Federal para a recuperação do alfandegamento, perdido há mais de cinco anos.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 08/07/2020